

Abertura dos Jogos da Melhor Idade acontece na quinta-feira



Divulgação

Na próxima quinta-feira (30), às 18 horas, no ginásio da Ferrovária, acontece a abertura da 26ª edição dos JOMI (Jogos da Melhor Idade). Pinda será sede da competição, a ser disputada entre os dias 29 de maio e 9 de junho. A cidade receberá cerca de dois mil atletas da melhor idade representando 38 cidades da 2ª Região Esportiva do Estado de São Paulo.

Para a abertura, haverá o tradicional desfile das delegações e apresentação de dança com atletas da Secretaria de Esportes e Lazer.

PÁG. 7

Comunicamos que a Tribuna do Norte – em razão do feriado de Corpus Christi (quinta-feira, dia 30) e do ponto facultativo de sexta-feira (31), – volta a circular no dia 4 de junho.

Composta por 130 pessoas, sendo 109 atletas e 21 na comissão técnica, a delegação de Pinda participará de 14 modalidades

Futebol: domingo tem semifinais da segundona

ADC Grêmio, Corinthians, Inter Pinda e Jardim Eloyna começam a decidir quem vai para final



Divulgação

PÁG. 5

Tribuna do Norte recebe o jornalista Milton Neves

O jornal Tribuna do Norte recebeu na tarde do dia 27 de maio a visita do jornalista e apresentador Milton Neves, para uma entrevista e também uma conversa com os funcionários.

Milton Neves seria homenageado pela Prefeitura de Pinda-

monhangaba no mesmo dia por sua grande amizade por João do Pulo. Mas antes esteve conhecendo a história centenária da Tribuna do Norte, que no próximo dia 11 de junho completa 142 anos de fundação.

PÁG. 3

Basquete Feminino de Pinda conquista duas vitórias no final de semana

No último final de semana, a equipe feminina de basquete de Pinda brilhou em quadra, conquistando duas vitórias importantes em casa pela fase de realinhamento da Copa São Paulo de Basquete, realizada pela FPB (Federação Paulista de Basquete).

PÁG. 5

319 anos de Pinda serão comemorados com Festival Tropeiro

Pindamonhangaba se aproxima de comemorar 319 anos e quem ganha o presente é a população. Neste ano, a Festa da

Cidade será o Festival Tropeiro do Vale do Paraíba 2024, no Parque da Cidade, a partir de 11 de julho. E com o festival, também

será realizado o concurso para a escolha da Rainha do Tropeiro do Vale do Paraíba 2024.

PÁG. 6



Divulgação

As inscrições para o tradicional concurso Rainha do Tropeiro abrem no dia 3 de junho



Tribuninha chega com dicas de lazer e brincadeiras



Divulgação

Campanha contra poliomielite vai até 14 de junho em todas as salas de vacina

PÁG. 3

Pinda inicia vacinação com monovalente XBB para Covid-19

PÁG. 3

Editorial

A força da gratidão

A gratidão é uma virtude fundamental que tem um impacto significativo no bem-estar emocional e social das pessoas. Ser grato envolve reconhecer e valorizar as coisas boas da vida, desde pequenas gentilezas até grandes conquistas. Esse reconhecimento cria uma perspectiva mais positiva e ajuda a reduzir o estresse e a ansiedade, promovendo uma sensação de contentamento. Estudos demonstram que pessoas que praticam a gratidão regularmente tendem a ser mais felizes e saudáveis. Isso ocorre porque a gratidão estimula a liberação de neurotransmissores como a dopamina e a serotonina, que são essenciais para a sensação de felicidade.

Além disso, a gratidão fortalece os relacionamentos interpessoais. Ao expressarmos apreço pelos outros, construímos laços mais fortes e profundos, baseados em respeito e reconhecimento mútuo. A prática regular de agradecer pode criar um ciclo positivo, onde a bondade é retribuída e propagada. Em um contexto social mais amplo, a gratidão pode fomentar um ambiente de cooperação e altruísmo, essencial para o desenvolvimento de comunidades mais coesas e solidárias.

No âmbito profissional, a gratidão também desempenha um papel crucial. Funcionários que se sentem valorizados e apreciados tendem a ser mais motivados e produtivos. Líderes que expressam gratidão frequentemente criam uma cultura organizacional positiva, onde o engajamento e a satisfação no trabalho são elevados.

Portanto, cultivar a gratidão não é apenas uma questão de etiqueta social, mas uma estratégia poderosa para melhorar a qualidade de vida individual e coletiva. Seja através de um simples "obrigado" ou de um gesto mais elaborado, a gratidão tem o poder de transformar vidas e construir um mundo melhor.

SOS promove o 'Esquenta Festa do SOS'

O finalzinho de maio e o início de junho vão ser quentes com o "Esquenta Festa" que o SOS estará promovendo, no estacionamento do Shopping Pátio Pinda, entre hoje (29) e o dia 2. Serão 5 dias para a população saborear boas opções gastronômicas e experimentar o que há de melhor em cerveja artesanal, além de muitos shows. Para a criançada



tem um parque de infláveis. O 'Esquenta Festa' acontece hoje e sexta-feira, a partir das 19h; no feriado, sábado e domingo, a festa tem início às 12h seguindo até às 22h.

DIA 6 DE JUNHO
A PARTIR DAS 8 HORAS
LOCAL:
Faculdade Anhanguera
Av. Nossa Sra. do Bom Sucesso, 3344
Bairro A - Sala 1 - Campo Alegre

5ª Conferência Municipal da Cidade
PINDAMONHANGABA

Escaneie o QR CODE e faça a sua inscrição

CONCID
Conselho Municipal da Cidade de Pindamonhangaba

Prefeitura de Pindamonhangaba
www.pindamonhangaba.sp.gov.br



Feriado prolongado em Pinda: confira funcionamento de serviços públicos

Em virtude do feriado de Corpus Christi (quinta-feira, dia 30) e do ponto facultativo de sexta-feira (31), os serviços administrativos da Prefeitura de Pindamonhangaba e suas áreas de atendimento funcionam normalmente até quinta-feira (29) e depois retomam na segunda-feira (2).

Atenção ao funcionamento dos serviços

Funcionam normalmente todos os dias: Pronto-Socorro, UPA de Moreira César, UPA Arareta, SAMU, CSI (Centro de Segurança Integrada), Guarda Civil Metropolitana, Casa de Passagem Municipal, agentes de trânsito, Defesa Civil e Defesa Animal

Transporte público funcionará com horário de domingo na quinta-feira. Demais dias segue com horários normais

Coleta de lixo todos os dias normalmente, exceto quinta-feira

Unidade Mista de Saúde do Cidade Nova funcionará como pronto atendimento todos os dias das 7 às 19 horas.

Farmácia e Laboratório Municipal funcionam até quarta-feira e depois reabrem na segunda-feira.

Cemitério de Pindamonhangaba e de Moreira César abertos todos os dias

PEVs - Pontos de Entrega



Voluntária ficarão fechados na quinta-feira. Demais dias segue com horários normais.

Mercado Municipal terá horário reduzido na quinta-feira (7 às 13 horas). Demais dias com funcionamento normal.

Parque da Cidade ficará aberto todos os dias das 6 às 22 horas

Bosque da Princesa aberto todos os dias das 9 às 18 horas

Trabiju - abre apenas sábado e domingo das 8 às 13 horas

Museu - fechado quinta e sexta-feira; aberto sábado e domingo das 9 às 17 horas

CE João do Pulo ficará aberto em virtude dos JOMI, de acordo com programação do evento

CE Zito aberto em virtude dos JOMI, de acordo com programação do evento.

ATENÇÃO: Entrada de Pinda será interditada entre segunda e sexta-feira

A Avenida Nossa Senhora do Bom Sucesso será interditada total e parcialmente na próxima semana, entre segunda-feira (dia 3) e sexta-feira (dia 7), na altura do Distrito Empresarial Dutra, para a execução de serviços de instalação do portal de entrada da cidade

Durante a interdição parcial o fluxo de veículos irá operar no sistema de estreitamento das faixas de entrada e de saída da cidade sentido Rodovia Presidente Dutra, podendo haver momentos com operação pare e siga.

Na interdição total, os condutores devem buscar outras rotas para entrada e saída da cidade, como por exemplo, a estrada velha Pinda-Taubaté (Rodovia Amador Bueno da Veiga), ou acessos pela Manoel César Ribeiro ou por Moreira César. Durante todo o período

de obras haverá equipes da Prefeitura (Departamento de Trânsito, GCM, Secretaria de Obras e Secretaria de Governo) e do DER com unidades de apoio, auxiliando no fluxo de veículos para evitar acidentes.

O impedimento na entrada da cidade não impedirá o acesso ao Distrito Empresarial Dutra ou a pontos comerciais na região. A única alteração é a interdição da Nossa Senhora do Bom Sucesso no ponto de instalação do portal de entrada da cidade, ao lado do Deck.

A PROGRAMAÇÃO DE INTERDIÇÃO SERÁ:

- DIA 3/6 (segunda-feira)
INTERDIÇÃO PARCIAL - das 7h às 17h;

- DIAS 4, 5 E 6/6 (terça, quarta e quinta-feira)
INTERDIÇÃO PARCIAL - das 7h às 13h;
INTERDIÇÃO TOTAL - das 13h às 16h;

- DIA 07/06 (sexta-feira)
INTERDIÇÃO PARCIAL - das 7h às 17h;



Tribuna do Norte

Fundação Dr. João Romeiro

Órgão mantenedor

Criada pela Lei Nº 1.672 de 6 de Maio de 1980

REDAÇÃO E BALCÃO DE ANÚNCIOS:

Rua Dr. Gustavo de Godoy, 536, esquina com a Rua Francisco Glicério - Centro. Tel. (12) 3644-2077 - CEP 12.400-040 Pindamonhangaba/São Paulo CNPJ: 50455237/0001-35 contato@jornaltribunadonorte.com.br

REPRESENTANTE COMERCIAL:

Edson França Reis - comercial@jornaltribunadonorte.com.br

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Cintia Martins Camargo - MTB Nº 21.690/SP

JORNALISTAS:

Aiandra A. Mariano
Altair F. Carvalho
ESTAGIÁRIA: Ana Aurea Reis Gomes

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA E DIAGRAMAÇÃO

Edson França Reis, João Waine de Oliveira, José Marcelo Randes e Paulo Flauzino da Silva

IMPRESSÃO:

S. Billota e Billota Ltda - ME - Tel. (12) 3301-5005 - Lorena/SP.

RESPONSABILIDADE: Os textos assinados são de inteira responsabilidade do autor

VISITE NOSSO SITE: www.jornaltribunadonorte.com.br

cidade

5ª Conferência Municipal de Cidade está com inscrições abertas

A Prefeitura de Pindamonhangaba, através da Secretaria de Obras e Planejamento, e o Conselho Municipal da Cidade, convidam a população a participar da 5ª Conferência Municipal de Cidade, com o tema "Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social". As inscrições já estão abertas no site da Prefeitura www.pindamonhangaba.sp.gov.br clicando no banner rotativo da conferência, ou pelo link <https://forms.gle/B8Ai7gfBZfUnQqCA8>

O evento será no dia 6 de junho de 2024, a partir das 8 horas, com entrada gratuita, na Faculdade Anhanguera - Polo Pindamonhangaba -

Avenida Nossa Senhora do Bom Sucesso, nº 3344, Bloco A, sala 1, bairro Campo Alegre.

Será um dia de palestras e debates de questões fundamentais do desenvolvimento urbano divididos em 05 Eixos Temáticos: Urbanismo e Habitação, Infraestrutura e Mobilidade, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Cidades Inteligentes e Governança e Participação Social, para juntos elencarmos soluções e propostas que auxiliem na construção de cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social. Neste dia, também, será feita a eleição dos Delegados e ou Delegadas que representarão o município na Conferência Estadual.



A conferência terá palestras e debates de questões para o desenvolvimento urbano

Pinda inicia vacinação com monovalente XBB para Covid-19



Uma nova vacina começa a ser aplicada hoje

A Secretaria de Saúde de Pindamonhangaba vai iniciar a imunização com a monovalente XBB contra Covid-19 na quarta-feira (29) em todas as salas de vacinação do município.

A vacina é indicada para a população entre seis meses e menores de cinco anos, de acordo com norma técnica do Ministério da Saúde.

Além deste público, o grupo prioritário para receber a vaci-

na são as pessoas com 60 anos ou mais, imunocomprometidas, gestantes e puérperas, que deverão receber duas doses anualmente, e os demais grupos, aptos para uma dose por ano: residentes de instituições de longa permanência, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores da saúde, pessoas com deficiência, pessoas do sistema prisional (internos e trabalhadores), pessoas em situação de rua.

Campanha contra poliomielite vai até 14 de junho em todas as salas de vacina

A Campanha de Vacinação contra poliomielite (paralisia infantil) vai até o dia 14 de junho em todas as salas de imunização de Pindamonhangaba. O público da campanha são as crianças de um ano a menores de cinco anos, que deverão receber o imunizante duas vezes por ano.

A gestora do setor de imunização, Fernanda Batista César Hasman, explicou que "está acontecendo a Campanha Nacional de Vacinação contra a poliomielite, em calendário estipulado pelo Ministério da Saúde, porém a vacina sempre está disponível nas salas de vacinação de Pindamonhangaba, independente de haver a campanha específica ou não. O que ocorre no momento é uma intensificação da aplicação da vacina em todo o país. Mas independente da data, os pais devem levar os filhos para receber as doses estipuladas".

Sobre a doença

A poliomielite (paralisia infantil) é uma doença contagiosa aguda causada por vírus que



A vacinação é a única forma de prevenção da doença

pode infectar crianças e adultos, por meio do contato direto com fezes ou com secreções eliminadas pela boca das pessoas doentes e, em casos graves, pode acarretar paralisia nos membros inferiores.

Nos casos graves, em que acontecem as paralisias muscu-

lares, os membros inferiores são os mais atingidos.

Como resultado da intensificação da vacinação, no Brasil não há circulação de poliovírus selvagem (da poliomielite) desde 1990. A vacinação é a única forma de prevenção da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

Tribuna do Norte recebe o jornalista Milton Neves

O jornal Tribuna do Norte recebeu na tarde do dia 27 de maio a visita do jornalista e apresentador Milton Neves, para uma entrevista e também uma conversa com os funcionários.

Milton Neves seria homenageado pela Prefeitura de Pindamonhangaba no mesmo dia por João do Pulo. Mas antes esteve conhecendo a história centenária da Tribuna do Norte, que no próximo dia 11 de junho completa 142 anos de fundação.

O jornalista ainda conheceu o pequeno acervo da Tribuna do Norte, com peças que foram utilizadas durante seu processo de impressão anterior (linotipo e também composição em chumbo). Milton salientou a importância do jornal em manter viva toda a história da cidade.

Ele ainda concedeu uma rápida entrevista falando de seu relacionamento com João do Pulo, sua admiração pelo atleta que foi nomeado embaixador de Pin-



O encontro com o jornalista Milton Neves foi muito agradável para a equipe da Tribuna do Norte

damonhangaba. "João do Pulo era um ser humano iluminado e muito humilde. Nada mais justo

que ele seja reverenciado e que as novas gerações conheçam a história de sua vida", salientou.



poder legislativo

LDO 2025: Comissão de Finanças da Câmara promove Audiência Pública sobre o tema e Pindamonhangaba terá Orçamento de R\$ 968.051.000,00

A Audiência Pública sobre as Diretrizes Orçamentárias de 2025 em Pindamonhangaba discute a alocação de recursos e prioridades para o orçamento municipal

Na última terça-feira, dia 21 de maio, a Casa Legislativa recebeu a Audiência Pública sobre a LDO. O evento se deu sobre a discussão do Projeto de Lei nº 74/2024, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025”. Foram definidas prioridades e metas da administração pública, orientando a elaboração do orçamento anual. O Projeto de Lei também aborda políticas públicas para áreas como saúde, educação, infraestrutura e segurança, assegurando a transparência e a participação da comunidade no processo orçamentário.

Estavam presentes, o Presidente da Câmara, vereador Norberto de Moraes, o Presidente da Comissão de Finanças, o vereador Herivelto dos Santos Moraes – Herivelto Vela, os vereadores José Carlos Gomes – Cal (Vice-Presidente), Julio César Carneiro de Sousa – Julinho Car, Gilson Nagrin e a vereadora Regina Célia Daniel Santos – Regininha. A Audiência Pública foi aberta à população e teve como objetivo apresentar e discutir as metas e prioridades do orçamento municipal. Todas as secretarias municipais enviaram representantes. A apresentação do projeto inicial foi feita pelo Secretário de Finanças e Orçamentos, Cláudio Marcelo de Godoy Fonseca. A seguir foram apresentados os detalhes, ações e programas das demais secretarias do Executivo Municipal. Participaram os secretários Paulo Nícolas (Desenvolvimento Rural Sustentável e Clima); Rodrigo Lóssio (Chefe de Gabinete, que também falou sobre a Secretária de Negócios Jurídicos); Vitor Macedo (Administração); Secretária de, Ana Paula de Almeida Assistência Social; Alcemir Palma (Cultura e Turismo); José Antônio Ferreira (Desenvolvimento Econômico); Luciana de Oliveira (Educação); Antônio Carlos de Macedo (Esporte e Lazer); Nécio Pereira da Silva (Governo e Serviços Públicos); Francisco Gonçalves César (Habitação); Maria Eduarda San Martin (Meio Ambiente); Cesar Augusto Garcia (Mulher, Família e Direitos Humanos); Marcela Franco (Obras e Planejamento); Luiz César Rodrigues (Saúde); Fabrício Augusto Pereira (Segurança Pública); Danilo Velloso

(Tecnologia e Inovação); Carlos Lemes (Subprefeitura de Moreira César); Cíntia Camargo (Fundação Dr. João Romeiro) e Jalissen Duarte

(Captação de Recursos e Relações Institucionais).

A abertura foi conduzida pelo Presidente, vereador Norberto Moraes. “Hoje teremos a Audiência Pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde se define as regras e os projetos para 2025. É muito importante a participação de todos”.

Logo a seguir, o Presidente da Comissão de Finanças, Herivelto dos Santos Moraes – Herivelto Vela fez seu pronunciamento inicial reiterando a importân-

cia da participação popular para definição dos recursos financeiros para o ano de 2025. “Neste momento, são importantes os questionamentos e dúvidas. A população aqui terá todo o direito de questionar e tirar as dúvidas para podermos fazer uma Audiência Pública realmente produtiva”.



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba
Estado de São Paulo

ATO N.º 06/2024

Altera o Ato nº 01/2024, que “Dispõe sobre a constituição de Comissões Permanentes, Brigada de Incêndio e Controle Interno”.

Vereador NORBERTO MORAES, Presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE:

Considerando a admissão de servidor efetivo para o cargo de Controlador Interno, conforme Portaria de Admissão nº 28/2024.

Art. 1º Fica revogado o Art. 3º do Ato nº 01/2024.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pindamonhangaba, 23 de maio de 2024.

Norberto Moraes
Presidente da Câmara

Rua Alcides Ramos Nogueira, 860 - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - 12421-681 - Tel.: (12) 3644-2250
Pindamonhangaba - SP | Portal: www.pindamonhangaba.sp.gov.br

Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba
Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA

PAUTA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2024

DATA DA SESSÃO:	HORÁRIO DA SESSÃO:	LOCAL DA SESSÃO:		
04/06/2024	17h	Plenário Dr. Francisco Romano de Oliveira		
TÍTULO	AUTORIA	RESUMO	DESTINO	
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 095/2024 (URGÊNCIA)	Poder Executivo	Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial.	Discussão/Votação Única	
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 099/2024	Verª Regina Célia Daniel Santos - Regininha	Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Pindamonhangaba a “Semana Municipal das Mães Atípicas”, a ser comemorada anualmente na segunda semana do mês de maio, e dá outras providências.	Discussão/Votação Única	

Pindamonhangaba, 28 de maio de 2024.

Norberto Moraes
Presidente da Câmara

Rua Alcides Ramos Nogueira, 860 - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - 12421-681 - Tel.: (12) 3644-2250
Pindamonhangaba - SP | Portal: www.pindamonhangaba.sp.gov.br

Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba
Estado de São Paulo

DECRETO LEGISLATIVO N.º 007/2024

Concede a MEDALHA PERCY NEWTON DE LACERDA CÉSAR ao Sr. Adelson Cavalcante de Souza Filho, por sua significativa atuação como jornalista, cinegrafista, fotógrafo e produtor.

Vereador NORBERTO MORAES, Presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, usando das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a MEDALHA PERCY NEWTON DE LACERDA CÉSAR ao Sr. Adelson Cavalcante de Souza Filho, por sua significativa atuação como jornalista, cinegrafista, fotógrafo e produtor.

Art. 2º A entrega da homenagem de que trata o artigo anterior ocorrerá em data a ser agendada pelo autor do projeto.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto Legislativo ocorrerão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pindamonhangaba, 22 de maio de 2024.

Norberto Moraes
Presidente da Câmara

Rua Alcides Ramos Nogueira, 860 - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - 12421-681 - Tel.: (12) 3644-2250
Pindamonhangaba - SP | Portal: www.pindamonhangaba.sp.gov.br

EXPEDIENTE

O conteúdo editorial desta página é de inteira responsabilidade da Divisão de Comunicação da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba.

18ª Legislatura - 2021/2024

Mesa Diretora 2023/2024:
Vereador Norberto Moraes (PP) - Presidente
Vereador José Carlos Gomes - Cal (Republicanos) - 1ª Vice-Presidente
Vereador Rogério Ramos (PODEMOS) - 2ª Vice-Presidente
Vereador Marco Aurélio de Souza Mayor - Pastor Marco Mayor (PL) - 1ª Secretário
Vereador Herivelto dos Santos Moraes - Herivelto Vela (PT) - 2ª Secretário

Vereadores:
Carlos Eduardo de Moura - Magrão (PSD), Felipe Guimarães Silva Figueiredo - Prof. Felipe Guimarães (PODEMOS), Gilson Cândido - Locutor Gilson Nagrin (PL), Júlio César Carneiro de Souza - Julinho Car (União Brasil), Regina Célia Daniel Santos - Regininha (PL) e Renato Nogueira Guimarães - Renato Cebola (União Brasil).

Divisão de Comunicação:
Assistentes de Imprensa Parlamentar:
Luiz Carlos Pinto - MTb 32.783 - telefone: (12) 3644-2279 - e-mail: luizcarlos@pindamonhangaba.sp.gov.br
Robson Luís Monteiro - MTb 18.021 - telefone: (12) 3644-2275 - e-mail: robsonmonteiro@pindamonhangaba.sp.gov.br
Estagiários: Agatha Leal e Iago Luca - e-mail: estagiocom@pindamonhangaba.sp.gov.br

Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba
Plenário “Dr. Francisco Romano de Oliveira”
Rua Alcides Ramos Nogueira, 860 - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - CEP 12421-681 - Pindamonhangaba/SP
Telefone: (12) 3644-2250 - www.pindamonhangaba.sp.gov.br

cia da participação popular para definição dos recursos financeiros para o ano de 2025. “Neste momento, são importantes os questionamentos e dúvidas. A população aqui terá todo o direito de questionar e tirar as dúvidas para podermos fazer uma Audiência Pública realmente produtiva”.

Secretarias e orçamento
O Secretário de Finanças e Orçamento, Cláudio Marcelo, iniciou os trabalhos informando que “o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborado em conformidade com o plano plurianual, estabelecendo as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte. O principal objetivo é orientar a elaboração do orçamento, de-

vendo ser encaminhado até o dia 15 de abril ao Poder Legislativo, conforme disposto na Lei Orgânica do Município” disse o Secretário.

Recursos para 2025 na cidade
Durante a apresentação foram mostrados os valores que cada secretaria terá em sua área para atuação no ano que vem (quadro acima).

Encerramento e Agradecimentos

Após quase 5 horas e meia de discussão em prol do município, a Audiência Pública recebeu diversas informações e também questionamentos de cidadãos que estavam presentes ao evento. Após todas as participações, o vereador Herivelto dos Santos Moraes – Herivelto Vela agradeceu a presença de todos e, novamente, frisou a importância dos questionamentos, agradecendo aos presentes e declarou o encerramento do evento.

No site da prefeitura estão disponíveis todas as informações e documentos sobre a LDO: <https://pindamonhangaba.sp.gov.br/planejamento-orcamentario>

Para os que não puderam comparecer, a Audiência Pública está disponível no YouTube da Câmara: www.youtube.com/@camarapinda.

Matéria produzida pelo estagiário Iago Luca sob a supervisão da Divisão de Comunicação

esporte e lazer

Domingo tem semifinais da segundona

ADC Grêmio, Corinthians, Inter Pinda e Jardim Eloyna começam a decidir quem vai para final

Jardim Eloyna recebe o ADC Grêmio às 10h30 no estádio do Jardim Eloyna. O ADC que eliminou o time de melhor campanha na primeira fase vem forte para esta semifinal.

Corinthians joga contra Inter Pinda também às 10h30 no estádio da AFIZP, Corinthians que eliminou o Ramos campeão da terceira em 2023, depois de uma disputa de pênaltis.

Ainda no domingo seguindo com futebol amador.

Sênior 50 - Pelo grupo A - A Mil Por Hora x Moreira César, às 8h15, no estádio do Jardim Regina, Cidade Jardim x Independente às 9h30 no estádio do Cidade Jardim, Potiguar x Estrela às 8h15 no estádio

Mombaça, Cidade Nova folga na rodada. Pelo grupo B,-

Colorado x Corinthians às 8h15 no estádio do Colorado, Flamengo x Fluminense às 10h no estádio do Flamengo, Real Esperança x Ferroviária às 8h15 no estádio do Azeredo e Bela Vista x AFIZP às 8h15, no estádio da AFIZP.

Campeonato Cristão - Grupo A - Resgatar x Assembleia de Deus Vida em Cristo às 10h30 no estádio do Azeredo, Paróquia São Miguel x 4ª Dimensão, às 8h15, do estádio do Fluminense, Presbiteriana Goiabal x Quadrangular Araretama, às 10h30, no estádio do Jardim Regina. Grupo B - Ministério da Fé Viva



Segundona terá muitas definições neste fim de semana

x Igreja Mundial Pão da Vida, às 8h15, no estádio do Ramos, e P. Renovada em Cristo x Ministério Cidade Nova, às 10h30, no estádio do Tipês, e Marca da Promessa x Bola de Neve, às 10h30, no estádio do Ramos.

No sábado (1º), a categoria de

base sub-13 chega às quartas de finais com partida única, Ferroviária x Tipês às 9h no estádio da Ferroviária, CraqueNet x Jardim Rezende A, às 8h, no estádio do Corinthians, FFDEF x Fluminense, às 9h, no estádio do Cidade Jardim e Gerizim x Jardim Re-

zende B, às 10h15, no estádio do Azeredo.

Os campeonatos são organizados pela LPMF - Liga Pindamonhangabense de Futebol com o apoio da SEMELP - Secretaria Municipal de esporte e lazer de Pindamonhangaba.



Com vitórias, a equipe de Pinda é uma força no basquete regional

Basquete Feminino de Pinda conquista duas vitórias no final de semana

No último final de semana, a equipe feminina de basquete da Secretaria de Esportes e Lazer de Pindamonhangaba brilhou em quadra, conquistando duas vitórias importantes em casa pela fase de realinhamento da Copa São Paulo de Basquete, realizada pela FPB (Federação Paulista de Basquete). Os jogos, realizados no sábado (25) e no domingo (26), foram contra os fortes times de Sorocaba e Avaré, respectivamente.

No sábado, Pindamonhangaba enfrentou a equipe de Sorocaba em uma partida acirrada que terminou com a vitória do time da casa por 67 a 64. O jogo foi marcado por uma atuação impressionante de Amanda Silva, que se destacou com um duplo-duplo, marcando 17 pontos e conquistando 14 rebotes. Anna Clara também teve um desempenho notável, contribuindo com 17 pontos, incluindo quatro arremessos precisos de três pontos. Já no domingo, a equipe de Pindamonhangaba voltou à quadra com ainda mais força, vencendo a equipe de Avaré por um placar de 72 a 47. Thamires foi o grande destaque do jogo, liderando a pontuação com 24 pontos. Amanda Silva, novamente mostrando consistência, adicionou mais 12 pontos à vitória.

Essas vitórias reforçam a posição do time feminino de Pindamonhangaba como uma força a ser reconhecida no cenário do basquete regional. As atletas demonstraram grande habilidade e determinação, encantando os torcedores e consolidando sua reputação. Com esses resultados, o time segue motivado para os próximos desafios da temporada.

Agenda de Competições - SEMELP

A Secretaria de Esportes e Lazer (Semelp) divulga o calendário de jogos que suas equipes irão disputar nos próximos dias. Confira a programação com competições que acontecem em Pindamonhangaba e em outras cidades e leve sua torcida.

Quarta-feira, 29/5

19h - CAMP PAULISTA DE BASQUETE MASC SUB-16
SEMELP PINDA X SÃO JOSÉ
Local: CE JOÃO DO PULO

19h - CAMP PAULISTA DE HANDEBOL FEM SUB-21
SÃO JOSÉ X SEMELP PINDA
Local: São José dos Campos-SP

Quinta-feira, 30/5

9h - CAMP PAULISTA DE FUTSAL FEM SUB-14/18
SEMELP PINDA X TIGER
Local: GIN. CIDADE NOVA

18h - ABERTURA DO JOMI
Local: Ginásio da Ferroviária

Sexta-feira, 31/05

Manhã, tarde e noite - JOMI
(programação no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br/jomi2024)

15h - CAMP PAULISTA DE FUTEBOL MASC SUB-20
SEMELP PINDA X JOSEENSE
Local: CE ZITO

19h - LIGA PAULISTA DE FUTSAL MASC ADULTO
SEMELP PINDA X JAÚ
Local: GIN. AA FERROVIÁRIA

Sábado, 1º/6

Manhã, tarde e noite - JOMI
(programação no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br/jomi2024)

10h - CAMP PAULISTA DE FUTSAL FEM SUB-14
SEMELP PINDA X SÃO CAETANO
Local: GIN. CIDADE NOVA

8h - 2º TORNEIO REGIONAL DE BADMINTON
Local: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

8h - CIRCUITO PAULISTA OPEN DE ATLETISMO
Local: SÃO PAULO-SP

9h / 11h - CAMP PAULISTA DE FUTEBOL MASC SUB-15/17
ATLÉTICO GUARÁ X SEMELP PINDA
Local: GUARÁ - SP

Domingo, 2/6

Manhã, tarde e noite - JOMI
(programação no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br/jomi2024)

8h - GP DE CICLISMO
Local: GUARÁ

15h - CAMP PAULISTA DE BASQUETE MASC SUB-16
SANTOS X SEMELP PINDA
Local: SANTOS - SP

15h - CAMP PAULISTA DE FUTEBOL FEM SUB-15
SANTOS X SEMELP PINDA
Local: Santos-SP

Biblioteca promove Quarta Cultural com diversas atrações

A Biblioteca Vereador Rômulo Campos D'arace (rua Dr. Campos Sales, 535) vai receber a Quarta Cultural - Linhas, Contos e Cordas, hoje dia 29, a partir das 19h30.

A ação é realizada pela Prefeitura de Pindamonhangaba, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, em parceria com o Instituto Artístico Cultural Arte Mais.

O evento contará com uma grande programação, como Grupo Vocal Princesa do Norte e o violero João Antonio Romão; Roda de Conversa com Drª Sandra Maria Silva sobre cultivo de arroz orgânico; apresentação de dança com Tayná Mostarda; Alley Camargo e banda; PrometeOz, Bruno di Freitas e DJ Alma; além de exposição fotográfica com Djalma Demétrio Jr.

O evento é aberto a toda população, que poderá apreciar diversas atrações artísticas e culturais na véspera do feriado.



entretenimento

319 anos de Pindamonhangaba serão comemorados com Festival Tropeiro

Inscrições para Rainha do Tropeiro terão início no dia 3 de junho

Pindamonhangaba comemora 319 anos e quem ganha o presente é a população. Neste ano, a Festa da Cidade será o Festival Tropeiro do Vale do Paraíba 2024, no Parque da Cidade, a partir de 11 de julho. E com o festival, também será realizado o concurso para a escolha da Rainha do Tropeiro do Vale do Paraíba 2024.

As inscrições para o concurso Rainha do Tropeiro terão início no dia 3 de junho e seguem até 20 de junho, para mulheres de

toda a região do Vale do Paraíba, que tenham entre 18 e 40 anos. Para se inscrever, é necessário apresentar RG, CPF, Comprovante de Endereço, 1 foto de Rosto, 1 foto de Corpo Inteiro. Todos estes documentos, entregar impresso junto com o Regulamento e Ficha de inscrição preenchidos e assinados por completo conforme assinatura do RG. Mais informações poderão ser obtidas diretamente com os organizadores do concurso, na Rógi Noivas

- Rua Dr Gregório Costa, 44, Centro de Pinda, telefone (12) 99116-3666 com Allan.

Segundo um dos organizadores do evento, Eli Estevam, caso haja um número excedido ao permitido de inscrições para o concurso, está programada uma seletiva no dia 23 de junho, no Palacete 10 de Julho.

Lançamento - Nesta semana, a Prefeitura de Pindamonhangaba recebeu a visita das vencedoras dos anos anteriores: Júlia Vargas

(Rainha do Tropeiro 2018), Monica Sampaio (Rainha do Tropeiro 2019), Laura Gonzalez (Rainha do Tropeiro 2023) e Gabriela Ferreira (Segunda Princesa do Tropeiro 2023). Elas foram recebidas pelo prefeito Dr. Isael Domingues, secretário adjunto de Cultura e Turismo Ricardo Flores e secretário de Desenvolvimento Rural Sustentável, Paulo Ricardo Nicolas Imparato, e gravaram os primeiros vídeos de divulgação do concurso Rainha do Tropeiro deste ano.

“Estamos com muitas expectativas para este evento. Vamos comemorar o aniversário de Pindamonhangaba com essa bonita festa que é o Festival do Tropeiro, levando muita cultura tradicional tropeira e diversão para a população da cidade. E o concurso da Rainha do Tropeiro é uma atração que faz muito sucesso, tenho certeza que neste ano será também um grande evento”, disse o secretário adjunto de Cultura e Turismo, Ricardo Flores.



As expectativas para o evento são as melhores para comemorar o aniversário da cidade

Em junho e julho, Pinda terá Festival Gastronômico de Inverno no Piracuama e Ribeirão Grande

Com as temperaturas caindo e a estação mais fria do ano chegando, vem aí a quarta edição do Festival Gastronômico de Inverno do Ribeirão Grande e Piracuama. A iniciativa é uma parceria entre os restaurantes das regiões do Piracuama e do Ribeirão Grande com a Prefeitura de Pindamonhangaba, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo “Novo Turismo”, apoio do Fundo Social de Solidariedade, Departamento de Comunicação da Prefeitura e Comtur – Conselho Municipal de Turismo.

O Festival Gastronômico de Inverno terá programação em todos os finais de semana de junho e julho, com ações nos restaurantes participantes. Além de atrações musicais, feiras e

exposições, o foco gastronômico contará com pratos especialmente elaborados pelos restaurantes e que serão o carro-chefe de cada estabelecimento.

A abertura será no dia 7 de junho, no Hotel Fazenda Pé da Serra, que terá atrações também no dia 8. Participam ainda Café da Marilsa, Restaurante Colmeia, Mangueirão do Zé Bé, Estação Real, Rancho Alfa, Restaurante Terra Brasil, Restaurante O Quintal – Cozinha Artesanal, Café no Bule, Armazém Graminha, Clube de Campo Piracuama, Fazenda Nova Gokula, Pesqueiro Arca de Noé, Malakera's, Restaurante do Edmundo, Parada 27, Quiosque Beira Rio Graminha, Bar da Rô, Recanto do Robô, Restaurante Alecrim,

Gostosuras da Vó Dita, Estação do Mel, Rancho Fundo, Canto da Saracura – A Casa dos Cogumelos.

A iniciativa tem o apoio da Prefeitura pois, segundo o ponto de vista da Secretaria de Cultura e Turismo, “esse formato de festival tem como objetivo dar visibilidade aos estabelecimentos, dando opções aos turistas e moradores de retornarem em outras ocasiões. Tendo em vista um cardápio diversificado, indicamos que todos os estabelecimentos sejam visitados para que todos os pratos possam ser provados pelos visitantes”, indicou o secretário adjunto de Cultura e Turismo, Ricardo Flores.

Em breve, a programação completa do festival será divulgada.



‘Domingo no Bosque’ acontece nesse final de semana com atrações culturais gratuitas

A Prefeitura de Pindamonhangaba, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, irá promover neste domingo, 2 de junho, o ‘Domingo no Bosque’. A edição deste mês vai oferecer diversas atrações gratuitas para a população, como dança circular, às 10 horas, a

esquete ‘Quem é Juó Bannanère’, às 11h30, a contação de história ‘Conto das Estrelas’, 15 horas, além de atividades cênicas, a partir das 15h30.

O projeto ‘Domingo no Bosque’ tem o objetivo de promover a cultura e o entretenimento em espaços abertos, oferecendo uma

programação diversificada e acessível para todos os moradores e visitantes de Pindamonhangaba. Em caso de chuva, o evento será transferido para o Palacete 10 de Julho, garantindo que as atividades programadas possam ocorrer em um ambiente protegido.



Quer estudar numa escola que te conecta com
O MUNDO DO TRABALHO E COM BOLSA
DE ESTUDO INTEGRAL?

QUER SABER?
SENAC!
PROGRAMA SENAC
DE GRATUIDADE



Senac Pindamonhangaba
Rua Suíça, 1255, Santana
sp.senac.br/senac-pindamonhangaba

Senac

Jomi

Pinda promove inclusão oferecendo abafadores auriculares para pessoas prestigiarem JOMI

Em ritmo de JOMI, PindaCast traz entrevista com Marilda Oliveira e Jedilane Duque, da Semelp

Nesta quarta-feira, dia 29, estará disponível mais um episódio do PindaCast, o podcast / videocast da Prefeitura de Pindamonhangaba. Desta vez, o tema será Jogos da Melhor Idade – Fase Estadual JOMI, que terá sua abertura oficial na cidade no dia 30 de junho. As entrevistas serão as representantes da Semelp – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – diretora de Lazer Marilda Oliveira e gestora regional Jedilane Duque.

O podcast da Prefeitura de Pindamonhangaba estará disponível gratuitamente no Youtube da Prefeitura (canal Prefeitura de Pindamonhangaba, que também pode ser acessado por meio do site oficial www.pindamonhangaba.sp.gov.br) e pelo Spotify.

Neste episódio, os apresentadores Alexandre Pió e Maria Fer-

nanda Munhoz conversam com as convidadas sobre este grande evento, que é o JOMI, e sobre a importância da atividade esportiva para a melhor idade.

“Com o PindaCast, procuramos divulgar as ações da Prefeitura por meio de quem está diretamente ligado, levando informação de qualidade para a população, de maneira simples e objetiva”, disse o secretário adjunto de Governo e Serviços Públicos, Alexandre Pió.

“Neste episódio, falamos sobre a diferença que o esporte faz na vida das pessoas, principalmente dos idosos e todo o trabalho realizado pela Semelp nesse setor. Nosso objetivo é esclarecer e informar nossos espectadores”, destacou a diretora de Comunicação da Prefeitura, Maria Fernanda Munhoz.



A Prefeitura de Pindamonhangaba irá oferecer abafadores auriculares às pessoas com autismo ou hipersensibilidade auditiva para que queiram prestigiar o JOMI (Jogos da Melhor Idade). A retirada começará na abertura dos jogos, que acontecerá no próximo dia 30 de maio, às 19 horas.

A ação, que é uma parceria entre a Secretaria da Mulher, Família e Direitos Humanos e a Secretaria de Esportes e Lazer, e também conta com o apoio do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, busca promover a inclusão e garantir o bem-estar dessas pessoas também nas atividades esportivas. A primeira vez que a iniciativa foi realizada foi nos Jogos Regionais, com grande sucesso.

Os equipamentos estarão disponíveis para retirada também na sede da Secretaria da Mulher, Família e Direitos Humanos, das 9h até as 16h30, sendo necessário o preenchimento de um formulário.

A diretora do Departamento

da Pessoa com Deficiência, Letícia Souza, ressaltou o sucesso da iniciativa e o compromisso em garantir a participação de todos, sem gerar crises ou desconforto. “Estamos trabalhando para que Pinda seja um exemplo de compromisso com a inclusão e respeito baseado nos pilares da acessibilidade, autonomia, conforto e segurança. Temos realizado diversas ações para garantir a liberdade e dignidade das pessoas com deficiência, dando condições e garantindo a acessibilidade em todos os eventos para os mais diversos públicos. Essas ações são importantes para que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, possam participar da vida social e cultural da cidade”, explicou.

“O ato de Pindamonhangaba é um exemplo de compromisso com a inclusão, com investimento do Poder Público, ressaltamos a importância da acessibilidade nos espaços públicos e participação de todos, alguns equipamentos estão disponíveis em

vários locais como Museu, Palacete, Teatro Galpão, Parque da Cidade entre outros, ressaltou o secretário João Carlos Salgado.

Segundo dados da Secretaria, nos jogos regionais e no Festival Julino de Moreira César mais de 50 equipamentos foram emprestados, 15 foram doados para APAE mediante necessidade e 10 para escolas municipais, para uso contínuo de alguns alunos.

A mãe, Priscila Custódio, retirou o equipamento para o seu filho, que utilizou nos jogos regionais, e relatou que “com o uso do mesmo foi possível a participação de toda família”.

A presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, Andreinha, enfatizou a importância da ação no município. “As pessoas com deficiência tem a possibilidade de conhecer o mundo, não é fácil, mas possível. São através de ações como essa, que aprendemos, nos conscientizamos e damos visibilidade a pessoas com deficiência”, afirmou a presidente.



O podcast fala sobre a importância da atividade esportiva para a melhor idade

Abertura dos Jogos da Melhor Idade acontece nesta quinta-feira



A delegação de Pinda promete muita animação e um ótimo desempenho durante os JOMI

A abertura da 26ª edição dos JOMI (Jogos da Melhor Idade) vai ocorrer na quinta-feira (30), às 18 horas, no ginásio da Ferroviária. Pindamonhangaba será sede da competição entre os dias 29 de maio e 9 de junho e vai receber cerca de 2 mil atletas da melhor idade de 38 cidades da 2ª Região Esportiva do Estado de São Paulo, além dos competidores locais.

Para a abertura, haverá o tradicional desfile das delegações e apresentação de dança com atletas da Secretaria de

Esportes e Lazer.

O evento é realizado pelo Governo do Estado de São Paulo e a organização interna fica por conta da Prefeitura por meio da Secretaria de Esportes e Lazer de Pindamonhangaba.

O secretário de Esportes de Pindamonhangaba, Macedo Giudice, disse que “serão 18 alojamentos e serão 10 alojamentos preparados para receber as delegações. Também temos uma grande infraestrutura esportiva, que está apta para receber as competições, os atletas e a torcida”.

Sobre a abertura dos JOMI, o secretário explicou que haverá juramento de atleta, explanações de autoridades, incluindo do prefeito, Dr. Isael Domingues, e do vice-prefeito, Ricardo Piorino, desfile das delegações e acendimento da pira olímpica. Imediatamente após a abertura haverá a primeira competição dos JOMI, a coreografia, prevista para iniciar às 20 horas.

“Estamos nos ajustes finais para recebermos atletas e familiares de toda a região. Será uma festa muito bonita de

recepção às delegações e esperamos que aproveitem o melhor da cidade, não só na parte esportiva, como também cultural e turística”, declarou Dr. Isael Domingues.

O vice-prefeito, Ricardo Piorino, disse que é um momento muito especial para Pindamonhangaba, para o esporte da cidade. “Mais uma vez nos tornamos referência esportiva regional. Esperamos que os atletas e pessoas que vêm para prestigiar o evento se sintam abraçados, acolhidos

por Pindamonhangaba. Já sediamos a edição estadual dos Jogos em 2022, com cidades de todo o Estado de São Paulo, e agora repetimos o feito na esfera regional. Desejo uma boa estadia para todos e convidamos a população de Pinda para ir às quadras e torcer por nossas equipes”, afirmou Piorino.

Quem quiser mais informações ou conferir a programação, basta acessar o site oficial dos Jogos www.pindamonhangaba.sp.gov.br/jomipinda2024.



Delegação de Pinda

A delegação de Pindamonhangaba é composta por 130 pessoas, sendo 109 atletas e 21 na comissão técnica, que representarão a cidade nas 14 modalidades disputadas: Atletismo, Bocha, Buraco, Coreografia, Damas, Dança de Salão, Dominó, Malha, Natação, Tênis, Tênis de Mesa, Truco, Voleibol Adaptado e Xadrez.

“Estamos recebendo os atletas da região com braços abertos, mas com uma torcida especial aos nossos atletas, que estão se preparando muito para um bom desempenho na competição”, disse a diretora de Lazer, Marilda Oliveira.



Pontos e Marcas – Formação Conviva

Os professores da Escola Estadual Professor José Wadie Milad, receberam no último dia 13 de maio, a Formação Conviva, "Pontos & Marcas", que tratou das questões ligadas a formação emocional dos profissionais da educação. A formação compõe as ações da pasta 'Conviva' da Diretoria de Ensino e faz parte das ações formativas que contemplam o bom clima escolar nas unidades. É de suma importância que o profissional da educação esteja preparado para enfrentamento dos desafios que a escola pública enfrenta relacionados a saúde emocional de nossos alunos. A formação contemplou elementos reflexivos

voltados a autorregulação emocional, comportamental e relacional, visando sempre o bem-estar de toda equipe de profissionais.

O exercício reflexivo levou os professores a pensarem sobre o ponto inicial da jornada pedagógica, e a partir disso refletir sobre as marcas que são deixadas na vida das pessoas e de nossos alunos. A prática, teve como objetivo repensar nossas responsabilidades como educadores e reforçar a importância deste profissional na formação dos nossos alunos. Marcas positivas que auxiliam na formação do indivíduo corresponsáveis de sua história.



Evento tratou de questões ligadas à formação emocional do professor

CURSOS SÃO OPORTUNIDADE PARA VIVÊNCIA PRÁTICA PROFISSIONAL

Ao longo do primeiro bimestre de 2024, os cursos da Educação Técnica Profissional da Diretoria de Ensino de Pindamonhangaba realizaram diversas visitas técnicas aos setores relacionados, propiciando vivência prática aos estudantes, e dando a eles oportunidade para conhecerem melhor a profissão de escolha e usufruírem de experiência para o desenvolvimento sócio emocional.

O Ensino Técnico Profissional conta hoje com os cursos de Administração, Hotelaria e Logística, com mais de 300 alunos matriculados. Este ano, os cursos são oferecidos pelas escolas Desembargador Afonso de Carvalho, Rubens Zamith, Mário Tavares, José Marcondes Pinto Pestana e Theodoro Correa Cintra.

Além das visitas técnicas, os estudantes contam com material personalizado, professores com sólida formação e experiência na área profissional, ambiente virtual de aprendizagem, recursos materiais próprios a cada curso e metodologia de ensino voltada à formação profissional, com ênfase no protagonismo, habilidades sócio emocionais e visão do mercado de trabalho.

A equipe da Educação Profissional composta pelo Supervisor Ailton, Supervisora Denise e PEC Janaina, vem acompanhando todo o processo de implementação e apoiando as Unidades Escolares in loco com ações de apoio técnico e pedagógico. Seguem algumas visitas técnicas realizadas até o momento.



As visitas técnicas aproximam os alunos do futuro campo de trabalho

Papo de Leitor

Dom Casmurro

“Um livro é como outro quarto, ou outra cidade, ou outro mundo, onde alguém está querendo falar com você.” Essa frase tão legal é de um escritor americano chamado Murray McCain – e está no livro intitulado “Livros”, uma obra que ele e o ilustrador John Alcorn lançaram em 2012. Mas hoje não vamos falar do livro deles.

Citei o autor americano para chegar à influenciadora americana que viralizou na semana passada com um vídeo entusiasmado sobre o romance “Memórias póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis. Courtney Henning Novak ficou tão impressionada com a leitura de nosso imenso escritor que fez o livro se tornar o título mais vendido na categoria de “Literatura Latino-Americana e Caribenha” na Amazon dos Estados Unidos! Mas hoje não vamos falar sobre “Memórias póstumas” (embora esse livro mereça todos os elogios que vem recebendo há séculos!).

É que Machado tem outras obras incríveis, dentre as quais, merece destaque o romance “Dom Casmurro”. Ah, garanto que você já ouviu falar desse livro e, confesse, nem gostou tanto do título (Casmurro é um sujeito fechado e si mesmo, reservado, enigmático, sabe?). Será que você chegou a ler esse livro lindo?

Quem nunca ouviu falar de Bentinho e Capitu? Sim, “Dom Casmurro” é a história do amor que uniu esses dois jovens – e de uma suspeita que acabou separando os dois. Bentinho é o narrador da trama que, já idoso, recorda tudo o que viveu com a jovem Capitulina (é, Capitu é mais fofo mesmo), seu primeiro e único amor. Pena que a sombra de uma traição venha ameaçar esse amor: Capitu teria mesmo ficado com o melhor amigo de Bentinho?

É sobre isso. Em “Dom Casmurro”, há uma cidade; nessa cidade, há muitas pessoas interessantes – e uma delas, alguém chamado Bento Santiago, quer lhe contar uma das histórias mais lidas e comentadas da nossa literatura!

Volto ao autor americano: “Um livro é como um amigo, pois quando você o lê sente que está perto de alguém. Alguns livros são como cartas de amor. Parece que dizem EU TE AMO”. Ah, como ignorar isso?

Ricardo Estevão, leitor, jornalista, professor e escritor



Estudantes dos 8º e 9º anos do Ensino fundamental receberam quatro aulas

Educação para Redução de Riscos e Bombeiros na Escola

Nos dias 15 e 22 de maio aconteceu na escola **EE Prof. Yolanda Vellutini** uma ação conjunta entre a Diretoria de Ensino e o Corpo de Bombeiros, voltada para Educação para Redução de Riscos de Desastres. Nos encontros, o programa ‘Bombeiro na Escola’ proporcionou aos alunos dos 8º e 9º anos, do Ensino Fundamental II, quatro aulas sobre o tema ‘Bombeiros para Jovens’.

Os estudantes aprenderam alguns cuidados para evitar acidentes domésticos, Manobra de Heimlich popularmente conhecida como manobra de desenganado, como proceder em caso de convulsões, como realizar a ressuscitação cardíaca em adultos e bebês bem como o procedimento correto para acionar o Corpo de Bombeiros.

Segundo a professora Especialista em Currículo e Geografia, Grazieli Alessandra de Matos Vitoriano, a Educação para Redução de Riscos atua na prevenção e mitigação dos riscos com o objetivo de reduzir danos materiais e não materiais evitando óbitos e tornando a comunidade envolvida menos vulnerável e mais resiliente. Dessa forma trazer a informação e transformá-la em conhecimento faz parte do principal objetivo do currículo do Estado de São Paulo, que é a educação de forma integral.

A importância dessas ações nas escolas, está em



Alunos aprenderam diversos procedimentos técnicos

ensinar como gerir uma situação de emergência de diversos tipos atuando dentro da escola ou na comunidade de forma consciente.

Além das ações em conjunto com o Corpo de Bombeiros, o Núcleo Pedagógico pretende também atuar com a prevenção de riscos de desastres sejam eles de causas naturais, biológicas ou antrópicas, visto que se tornou indispensável identificar perigos, entender as fragili-

dades do meio físico e social e antecipar as consequências.

A partir do mês de junho pretende-se levar as ações para outras unidades escolares da diretoria de ensino, para que essas possam desenvolver diversas atividades que levem os estudantes a perceber a existência do risco, analisar a situação e compreender que podem adotar práticas específicas para enfrentá-los e assim contribuir com a resiliência local.



Resultado da experiência dos alunos com o concurso de desenho literário

Escola Antonia Carlota Gomes realiza o ‘Primeiro Concurso de Desenho Literário da Plataforma Leia SP’

Aconteceu dia 06 de maio, na **Escola Estadual Prof. Antônia Carlota Gomes**, o primeiro concurso da plataforma ‘Leia São Paulo’, sobre Desenho Literário, promovido pelas professoras Adriana Bustamante e Vice-diretora Edna Alves Reino Pereira, junto com toda equipe escolar, com o objetivo de incentivar o gosto pelo acesso aos livros de forma lúdica e divertida.

Para a coordenadora Eliete Rodolfo Cabral “o Concur-

so de Desenho é uma ação pedagógico-cultural que tem como objetivo proporcionar, para estudantes e professores, experiências de aprendizagem com foco na plataforma. Essa ação faz parte do projeto para o incentivo à leitura, o contato com livros, autores, e diversos gêneros literários e ao acesso aos livros da plataforma Leia São Paulo”, salientou.

Segundo a diretora Maria Rosemeire Menezes, “esta-

mos preparando uma série de ações inéditas para nossa escola, mas queremos que representem de alguma forma os nossos estudantes, que são o foco de toda e qualquer iniciativa. Vamos estampar o que eles pensam e almejam a partir dos desenhos que receberemos com esse concurso. Sabemos que temos estudantes talentosos em nossa Escola. Incentivar a leitura é o primeiro passo para realizações de sonhos.

A construção da Igreja São Benedito

Pedra fundamental para construção da igreja São Benedito em Pindamonhangaba foi lançada há 120 anos

O evento festivo, segundo o jornal Tribuna do Norte, aconteceu no dia 30 de maio de 1904, envolvendo a participação do povo católico e devotos do santo padroeiro dos afrodescendentes, das donas de casa, dos cozinheiros e dos profissionais de nutrição.

A Tribuna registrou o acontecimento em sua edição de 5/6/1904: *“Com grande solenidade foi lançada no dia 30 do mês passado, a pedra com que a veneranda irmandade de São Benedito Inaugurou as obras de edificação da igreja que está mandando construir no Largo Treze de Maio”.*

Em um andor e com o acompanhamento do povo, a pedra símbolo da inauguração das obras teria sido conduzida da Igreja do Rosário (demolida em 1931) até a praça onde seria edificado o templo ao santo. Fato assim relatado pelo jornal:

“Conforme tínhamos publicado, foi a pedra conduzida em um andor, da igreja do rosário ao lugar do novo edifício, sendo acompanhada pela irmandade, muitos convidados e por corporação Euterpe.

Em ali chegando fez se lançamento depois de devidamente benzida pelo reverendo padre redentorista, no exercício das

funções paroquiais. As cerimônias religiosas foram longas e acompanhadas de muitas orações”.

Sobre as atividades consideradas de praxe em tais acontecimentos, a Tribuna contava:

“Em um cofre apropriado foram depositados os últimos números dos jornais do estado e dessa localidade, uma quantidade de moedas, cópia da ata lavrada na ocasião, e encerrado o dito cofre com seu conteúdo na concavidade da pedra, para isso preparada, foi esta por sua vez coberta por uma laje que em seguida foi cimentada, havendo-se o lançamento por terminado depois de findas estas cerimônias”.

O evento de lançamento da pedra fundamental teve encerramento com discurso do promotor da Comarca de Pindamonhangaba, na época era o Dr. Francisco Cardoso Ribeiro, *“...que procurou demonstrar a importância da obra que se começava a edificar e o valor dos serviços e as pessoas que contribuíram para sua realização”.*

Desde 1960 a denominação “Largo Treze de Maio” foi trocada pela de “Praça Dr. Emílio Ribas”, assim passando a ser identificada oficialmente a tradicional “Praça São Benedito”.



A igreja nos anos 50, quando ainda guardava os traços de sua arquitetura original

Sobre a data de fundação

Curiosamente encontramos na obra *“Pindamonhangaba Através de Dois e Meio Séculos”*, de Athayde Marcondes, publicada em 1922, o ano de 1900 como o da fundação da igreja, enquanto o jornal Tribuna, edição acima citada, traz 1904 como o ano do lançamento da pedra fundamental para a edificação desse templo católico.

Conforme Athayde: *“Igreja de S. Benedito. Fundada em 1900 pela respectiva irmandade. Tomaram sobre os ombros a grande tarefa de agir o modesto e belo templo, situado na Praça 13 de Maio, os senhores Manuel de Pinhão, Antonio Bicudo, Benjamin Bittencourt, João Marcondes Salgado e Francisco Bicudo, que há 18 anos administra as obras. O finado coronel Cornélio Lessa ofereceu os terrenos onde foi edificada a igreja; o senhor Dino Bueno mandou ladrilhar e o tenente-coronel Ignacio Bicudo Siqueira Salgado ofereceu*



Imagem de São Benedito no interior de sua igreja

os sinos. A igreja ainda não está terminada.”

A igreja de São Benedito pertence à Paróquia Nossa Senhora da Assunção, que foi criada em 25

de dezembro de 1950 e seu primeiro pároco foi o Cônego Nestor José de Azevedo. Atualmente seu pároco é o Monsenhor José Eugênio de Faria Santos.

Lembranças

Literárias



Olha o Bródo (da coluna “Traços Leves”)

A minha infância ainda guarda na retina reminiscências de uma saudade inexprimível e irreprimível. Livros sobre o braço. Cabecinha oca. Depois, descalço. Futebol na calçada que queimava, sob a ação do sol, as plantas desprotegidas dos pés. E tipos populares a encher de alegria a já alegre e despreocupada existência.

- Olha o Bródo!

O homem de nariz vermelho vinha cantando, as mãos em concha na boca retorcida de toscano avinhado.

- Olha o Bródo!

E corríamos a ver o velho italiano, um dos tipos mais populares da cidade.

- Hai portato la segatura, Bródo? -

Bródo, porém, não trazia a serragem. As serrarias não o viam, quando o incorrigível boêmio cantor se punha a beber. E toda a cidade o queria bem. Quem sabe por que?

Talvez porque Bródo guardava no imo de velho bêbedo um romance que nós não conhecíamos. E não seria aquela canção, sem eco e sem vibra-

ção, incompreensível para todo mundo, o grito d'alma de quem um dia foi feliz?!

Bródo “deveria” ter sido moço, apesar daquela velhice que parecia perpetuar-se na canção incompreensível e amarga de boêmio e alcoólatra...

Às vezes fico a pensar no velho Bródo, o entregador, por “conta própria”, de serragem das serrarias. Esvaindo-se a mocidade na dolorosa descrença de tudo que me cerca, consolo-me quando fico a pensar no primeiro cantor que minha meninice sem rádio e sem cinema falado ouviu, tendo como palco as ruas de minha amada cidade. E toma-me uma vontade louca de por me a beber e a cantar, num desvairamento brodiano, tendo como palco o mundo e como espectadora a infância de minha amada cidade! E depois, como Bródo, emudecer-se de uma vez, guardando para mim só, só para mim, o romance que minhas mágoas teceram!

- Mais vinho taberneiro! Oggi non c'e segatura...

Ângelo Calabrese, Tribuna do Norte, 24/9/1944

Nota. Tradução para o português de duas frases:

1. Hai portato la segatura, Bródo? (Você trouxe a serragem, Bródo?)

2. Oggi non c'e segatura... (Hoje não tem serragem)



Aspecto atual da igreja em um momento festivo a São Benedito

geral

Com uma programação de fôlego, Pinda recebe mostra de teatro protagonizada por mulheres, de 29 de maio a 2 de junho

Com uma programação pulsante e de fôlego, Pinda - conhecida por sua vocação às artes da cena, recebe a "Mostra Solo, mas não só - mulheres em rede", de 29 de maio a 2 de junho próximo, que assume, nesta terceira edição, o subtítulo "Vozes do interior".

Durante cinco dias, serão realizadas oito apresentações de solos teatrais idealizadas exclusivamente por mulheres no Teatro Galpão (sete delas com acessibilidade em LIBRAS). Haverá também uma residência artística com a participação de artistas de todo o Brasil em um processo imersivo voltado ao treinamento de atrizes, a escrita performática e a criação de ações/programas performáticos. E ainda quatro ações formativas (oficinas), abertas para todos os interessados de Pindamonhangaba, além de festas, encontros, e muita arte e cultura.

Em todos os dias, público e artistas poderão conferir a Feira Coletivo no Campo em frente ao Teatro Galpão, das 18h às 22h, com área de alimentação, escambos artísticos, intervenções, gerando um ponto de encontro e de convivência no intervalo

entre os espetáculos.

Na abertura e encerramento do evento, haverá apresentações de artistas e grupos locais de samba, maracatu, tambor de crioula, teatro e dança, proporcionando o intercâmbio entre mulheres artistas que atuam, produzem e criam, contribuindo para o trânsito entre as maneiras de agir e pensar a cultura no cenário atual.

O festival, contemplado pelo Edital 21/2023 da Lei Paulo Gustavo no Estado de São Paulo, tem apoio da Secretaria de Cultura e Tu-

rismo de Pindamonhangaba, Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, Governo do Estado de São Paulo e Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas.

A Mostra trará a diversidade de trajetórias e saberes de mulheres (cis e trans), que colocam em cena suas memórias e sonhos, convidando o público a um olhar sensível e generoso para essa troca de vivências.

O evento reúne espetáculos convidados e selecionados pela curadoria, vindos de São José dos Campos, Taubaté e Jacareí. Pindamo-

nhangaba, conhecida nas artes pelo Festival Nacional do Teatro - Feste, realizado anualmente, será agora vitrine dessa diversidade de estilos e linguagens.

O Teatro Galpão fica na Rua Jadir Figueira, 2750, no Parque das Nações.

O espaço possui acessibilidade física e intérprete de LIBRAS.

As ações formativas acontecem no Palacete 10 de Julho.

As inscrições para as oficinas podem ser feitas pelo link <https://linktr.ee/mostrasolomasnao>



Espetáculo SerEstando, da atriz Ana Cristina Colla, abre a Mostra Solo, mas não só

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA		Relatório Resumido da Execução Orçamentária		Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 3º)		27/05/2024		15:17:01		2º Bimestre de 2024	
Recargas para Aprovação da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Recargas Realizadas			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (1)		232.754.000,00	232.754.000,00	75.411.945,50	32,48		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		67.000.000,00	67.000.000,00	25.294.188,20	37,55		
Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos - ITBI		11.000.000,00	11.000.000,00	3.032.988,67	27,55		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		95.000.000,00	95.000.000,00	28.975.794,62	30,50		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		38.100.000,00	38.100.000,00	11.350.984,04	29,80		
Imposto Territorial Rural - ITR							
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		1.381.000,00	1.381.000,00	279.738,02	20,26		
Dívida Ativa de Impostos		16.498.000,00	16.498.000,00	3.634.125,18	22,03		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		3.775.000,00	3.775.000,00	940.046,97	24,90		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (11)		480.918.000,00	480.918.000,00	169.843.447,25	35,32		
Cota-Parte FPM		140.900.000,00	140.900.000,00	45.268.740,00	32,13		
Cota-Parte FPE		210.000,00	210.000,00	19.360,81	9,22		
Cota-Parte FPM		38.000.000,00	38.000.000,00	26.904.585,89	70,80		
Cota-Parte ICMS		300.000.000,00	300.000.000,00	96.991.615,52	32,33		
Cota-Parte FPM Equilíbrio		1.800.000,00	1.800.000,00	607.946,03	33,74		
Compensação Financeira Proveniente de Impostos e Transferências Constitucionais							
Despesa CNDI (LC 87/96)							
Outras							
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (11) = 1 + 11		713.664.000,00	713.664.000,00	245.253.392,75	34,37		
Recargas Adicionais para Financiamento da Saúde		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Recargas Realizadas			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA (ÚNICO DE SAÚDE-SUS		47.546.000,00	47.546.000,00	22.297.233,35	46,98		
Provenientes da União		46.244.000,00	46.244.000,00	17.790.709,61	38,49		
Provenientes de Outras Municípios		1.302.000,00	1.302.000,00	4.510.523,74	346,43		
Outras Receitas do SUS							
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS							
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE							
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		1.230.000,00	1.230.000,00	656.521,19	53,38		
TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		48.776.000,00	48.776.000,00	22.953.754,54	47,06		

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA		Relatório Resumido da Execução Orçamentária		Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 3º)		27/05/2024		15:17:01		2º Bimestre de 2024	
Despesas com Saúde		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Inscritas em RP	
(Inclui o Valor de Natureza de Despesa)				Até o Bimestre	Até o Bimestre	%	
DESPESAS CORRENTES		257.997.027,00	261.297.186,66	152.491.442,96	58,37	93.926.921,98	35,95
Pessoal e Encargos Sociais		84.814.000,00	84.814.000,00	24.405.729,79	28,78	24.405.729,79	28,78
Juros e Encargos da Dívida		3.500.000,00	3.713.000,00	3.312.595,42	94,60	1.009.289,73	27,18
Outras Despesas Correntes		159.203.027,00	162.770.186,66	114.523.088,25	72,38	58.468.472,36	35,93
DESPESAS DE CAPITAL		6.156.696,00	6.212.749,00	3.017.292,77	44,89	837.940,72	12,47
Investimentos		1.156.696,00	3.721.749,00	608.512,83	16,35	42.264,00	1,14
Inventários Financeiros							
Amortização da Dívida		3.000.000,00	3.000.000,00	2.408.779,94	80,29	795.676,72	26,52
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		264.153.723,00	267.509.935,66	155.508.735,73	58,68	94.764.862,68	35,26
Despesas com Saúde não Computadas para Fins de Aplicação do Percentual Mínimo		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Inscritas em RP	
				Até o Bimestre	Até o Bimestre	%	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTADAS COM OUTROS RECURSOS		59.650.723,00	72.245.418,70	48.529.682,59	31,21	23.114.706,39	24,39
Recursos do Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS		45.291.000,00	57.855.913,23	46.566.631,44	79,94	21.333.889,34	22,51
Recursos de Operações de Crédito							
Outras Receitas		13.759.723,00	14.389.505,47	1.973.051,15	1,27	1.780.817,05	1,88
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA							
DESPESAS CUSTADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS							
DESPESAS CUSTADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV - V)		59.650.723,00	72.245.418,70	48.529.682,59	31,21	23.114.706,39	24,39
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)		204.703.000,00	195.273.496,96	106.969.053,24	66,79	71.649.756,21	75,61
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VI/VI)							29,21
(VI/VI) ou (VI - V) / (VI + V) - LIMITE CONSTITUCIONAL							34,861.747,39
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VI/VI) ou (VI - V) / (VI + V)							

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA		Relatório Resumido da Execução Orçamentária		Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 3º)		27/05/2024		15:17:01		2º Bimestre de 2024	
Execução de Restos a Pagar não Processados Inscritos com Disponibilidade de Caixa		Inscritas	Calculadas ou Prescritas	Pagos	A Pagar	Parcelas Consideradas no Limite	
Inscritas em 2022			763.611,07	787.991,38	-1.501.602,45		
Inscritas em 2023							
Inscritas em 2021							
Inscritas em 2020							
Inscritas em Exercícios Anteriores a 2020							
Total			763.611,07	787.991,38	-1.501.602,45		
Controle dos Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos para Fins da Aplicação da Disponibilidade de Caixa Conforme Artigo 24, § 1º e 2º		Saldo Inicial		Despesas Canceladas ou Prescritas	Saldo Final	(Não Aplicado)	
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2024							
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2023							
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2021				903.720,45		903.720,45	
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2020				129.946,31		129.946,31	
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2020				692.211,06		692.211,06	
Total (VII)				1.725.906,94		1.725.906,94	
Controle do Valor Referente ao Percentual Mínimo não Cumprido em Exercícios Anteriores para Fins de Aplicação dos Recursos Vinculados Conforme Artigos 25 e 26		Saldo Inicial		Limite não Cumprido	Saldo Final	(Não Aplicado)	
Diferença de Limite não Cumprido em 2023							
Diferença de Limite não Cumprido em 2022							
Diferença de Limite não Cumprido em 2020							
Diferença de Limite não Cumprido em 2019							
Diferença de Limite não Cumprido em Exercícios Anteriores a 2019							
Total (IX)							
Despesas com Saúde		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Inscritas em RP	
(Inclui Natureza)				Até o Bimestre	Até o Bimestre	%	
Atenção Básica		70.226.544,00	71.057.413,00	31.587.183,66	21,12	21.428.206,20	23,95
Atenção Hospitalar e Ambulatorial		161.126.179,00	163.056.561,43	105.528.387,70	70,82	61.518.551,56	66,17
Suporte Profilático e Terapêutico		6.094.000,00	8.328.658,00	5.797.597,52	3,88	4.799.882,20	5,16
Vigilância Sanitária		2.385.000,00	2.524.997,00	306.723,65	0,21	161.744,07	0,17
Vigilância Epidemiológica		9.094.000,00	9.951.295,23	4.052.836,84	2,71	3.154.493,52	3,29
Alimentação e Nutrição							
Atenção Geral		6.490.000,00	6.246.000,00	1.004.610,60	1,27	1.904.610,60	2,25
TOTAL		257.253.723,00	261.165.915,66	149.587.359,97	100,00	92.959.496,15	100,00

ISAEL DOMINGUES
PREFEITO

CLAUDIO MARCELO DE GODOY FONSECA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E

JOÃO CARLOS DE MORAES MENES
DIRETOR FINANCEIRO E CONTROLADOR

ARTON SENEZ ESABA
CONTRADOR

CPF: 087.857.869-74

CPF: 057.274.228-25

CPF: 199.215.798-78

CRC: 150326463/09

- AVISO -

5a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE PINDAMONHANGABA

A Prefeitura do Município de Pindamonhangaba e o Conselho Municipal da Cidade (ConCid) divulgam para conhecimento público que em 06 de junho de 2024 (quinta-feira), a partir das 8h00min, na Faculdade Anhanguera - Polo Pindamonhangaba - Bloco A - Sala 1, localizada na Avenida Nossa Senhora do Bom Sucesso, no 3.344, bairro Campo Alegre, Pindamonhangaba/SP, realizar-se-á 5a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE, com o tema "CONSTRUINDO A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO: CAMINHOS PARA CIDADES INCLUSIVAS, DEMOCRÁTICAS, SUSTENTÁVEIS E COM JUSTIÇA SOCIAL", onde serão debatidas questões fundamentais do desenvolvimento urbano e será realizada a eleição dos delegados à Conferência Estadual das Cidades.

Para participar os interessados deverão se inscrever gratuitamente no site da Prefeitura - 5a Conferência Municipal da Cidade: <https://pindamonhangaba.sp.gov.br/5-conferencia-municipal-da-cidade-pindamonhangaba>

Pindamonhangaba, 21 de maio de 2024.

ISAEL DOMINGUES
Prefeito Municipal

MARCELA FRANCO MOREIRA DIAS
Presidente do ConCid

CONSELHO MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA
Mulher

Convocação para
Reunião Ordinária do
CMDM nº 5/2024

Ficam as senhoras conselheiras, titulares e suplentes, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, convocadas a participarem, e entidades, e demais representantes da sociedade civil, convidados a participarem, na data abaixo, da "Reunião Ordinária de 2024", cuja pauta vem a seguir:

PAUTAS:

1. Material para o Agosto Lilás
2. Lei do Fundo Municipal da Mulher
3. Temas para o 4º Fórum Interconselhos

Data: 03/06/2024 (segunda-feira)

Horário: 18h30 (dezoito horas e trinta minutos)

Local: Rua: Deputado Claro César 33 centro, Palacete 10 de Julho.

As titulares que não puderem comparecer, deverão apresentar justificativa POR ESCRITO, ATRAVÉS DO EMAIL cmdm@pindamonhangaba.sp.gov.br e avisar a suplente com antecedência para suprir sua ausência na reunião.

Sandra Graziella Hilario dos Santos Pereira

Presidente do Conselho do Municipal dos Direitos da Mulher

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 CONVOCAÇÃO

Convocamos o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificados no Concurso Público nº001/2023 para apresentação de documentos, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA 1DOC DESTA PREFEITURA, conforme instruções a seguir:

OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO:

20º MARLON HENRIQUE MOREIRA SANTOS

DOCUMENTOS A ENVIAR – EM ARQUIVO PDF

- Cédula de Identidade – RG (não pode ser substituído por CNH);</



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Extrato de Abertura do Edital de Chamamento Público para Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. (2024)

CHAMAMENTO PÚBLICO nº 05/2024 – SAS
Processo Administrativo nº 7.460/2024

O município de Pindamonhangaba torna público que seja aberto na Secretaria Municipal de Assistência Social, sítio Rua Laerte Machado Guimarães, nº 590, São Benedito, Pindamonhangaba – SP, o edital de Chamamento Público tendo como objeto a seleção e possível celebração de Termo de Colaboração com Organização da Sociedade Civil para a execução de Serviço de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com as especificações contidas no Edital e Plano de Trabalho, cuja entrega das propostas deverá ser feita até o dia 29/06/2024. O Edital e demais documentos e orientações estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br. Acesse o link "Secretarias", em seguida "Assistência Social" e ao final da página clique no selo do Chamamento Público.

Pindamonhangaba, 27 de maio de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ORIENTAÇÕES PARA ACESSO DO 1DOC E ENCAMINHAMENTOS DAS DOCUMENTAÇÕES

Acessar o link <https://pindamonhangaba.1doc.com.br/b.php?pg=wp&np;itd=5> em seguida:

1. Clicar em Protocolo;
2. Buscar o item 7. Outras Entidades;
3. Optar pela aba Entidades – Apresentação/Readequação de propostas;
4. Assunto: - Entidades – Apresentação/Readequação de propostas;
5. Descrição: A Secretaria de Assistência Social

A/C: Comissão de Seleção

Edital de Chamamento Público nº 05/2024 para Serviços da Assistência Social do Município.

É OBRIGATÓRIO O ENVIO DE UM PROTOCOLO POR PROPOSTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

(Preencher, assinar, digitalizar e enviar por 1Doc, junto com demais documentações, conforme orientações acima)

CHAMAMENTO PÚBLICO nº 05/2024

Processo nº 7.460/2024

OBJETO: Serviços da Assistência Social, COM SUJEIÇÃO À LEI N.º 13.019/14, E PELAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Senhores Interessados:

Visando à comunicação futura entre esta PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA e sua OSC, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao 1Doc, junto com as demais documentações, conforme orientações da página 1.

A não remessa deste recibo exige a PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA da responsabilidade da comunicação, por e-mail ou 1Doc, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à página www.pindamonhangaba.sp.gov.br, para eventuais comunicações e/ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo em questão.

Entidade / CNPJ:	
Endereço completo	
Cidade: _____ UF: _____	
CEP: _____ e-mail: _____	
Telefone: _____	

Nome por extenso: _____

Data: ____/____/____ Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2024 PARA PARCERIAS EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS) ENVOLVENDO TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE TERMO DE COLABORAÇÃO.

O presente edital de chamamento público tem como fundamento a Lei 13.019/2014 e Decreto 8.726/2016 e 11.948/2024 e suas alterações e visa estabelecer critérios norteadores para a apresentação dos requisitos do Plano de Trabalho (anexo I), em conformidade com os Termos de Referência (anexos II, III) elaborado pela Administração Pública, para repasse de recursos financeiros alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para o exercício de 2024, destinados ao cofinanciamento às OSCs que atuem na oferta de ações socioassistenciais no Município, devidamente inscritas no CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

Os recursos financeiros oriundos do FMAS destinam-se exclusivamente ao cofinanciamento de parcerias com as OSCs aprovadas, não podendo haver desvio de finalidade.

A relação entre a OSC e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS se dá por meio de um vínculo pautado pelo reconhecimento da condição de parceiros da política pública de Assistência Social.

1. DOS ATOS DE CONVOCAÇÃO

1.1. Do objeto:
Constitui objeto deste chamamento público a recepção e seleção de OSCs, sem fins lucrativos, visando celebração de TERMO DE COLABORAÇÃO para a consecução de finalidades de interesse público de Serviços, segundo tabela do item 1.3, de Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional do SUAS (2012).

1.2. Unidade concedente:
Secretaria Municipal de Assistência Social.

1.3. Descrição do serviço, valores previstos e programação orçamentária:
Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visam os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos pela política de Assistência Social, padronizados em uma referência unitária de âmbito nacional presente na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social.

QUADRO DE DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS, TOTAL DE VAGAS E VALOR GLOBAL PREVISTO

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	TOTAL DE VAGAS DISPONÍVEIS	VALOR REFERENCIAL POR USUÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL PREVISTO (R\$)	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
01 Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Com Deficiência, Idosas e Suas Famílias - Modalidade Centro Dia da Pessoa Idosa	20	3.386,00	812.640,00	01.15.30 08.244.0015.2074 3.3.50.39.00
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	TOTAL DE VAGAS DISPONÍVEIS	VALOR REFERENCIAL POR USUÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL PREVISTO (R\$)	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
02 Serviço de Acolhimento para Jovens e Adultos com deficiência na modalidade Residência Inclusiva	02	6.960,00	167.040,00	01.15.30 08.244.001.2075 3.3.50.39.00

Os recursos do Fundo Municipal de Assistencial Social destinado aos serviços da Rede de Proteção Social Especial de média e alta complexidade, previstos na tabela acima, campo: "Valor global previsto", ocorrerá no período de (doze) 12 meses, limitada a quantidade de vagas da proposta selecionada e classificada, caberá a OSC indicar no Plano de Trabalho/Cronograma de Desembolso o valor de cada uma das 12 parcelas.

Os recursos repassados à OSC são apenas para as despesas de custeio, sendo vedada a compra de equipamentos e materiais permanentes;

- I. A despesa estimada onerará os recursos para o exercício de 2024, sendo que as eventuais prorrogações anuais serão fixadas na estimativa de valores previstos neste chamamento, que poderá o critério da administração pública, fundamentado em justificativas do órgão técnico e parecer jurídico, indexar índices econômicos de reparação de perdas inflacionárias ou eventuais aumentos de arrecadação, suplementando do montante de cada serviço, considerando eventuais majorações na demanda de atendimento ou de atividades propostas, ou ainda quando comprovada a necessidade da OSC, que deverá estar consignado ao Plano Plurianual e nas Leis de Diretrizes Orçamentária de orçamentos futuros, vedada a modificação do objeto;
- II. Não será permitida a atuação em rede;
- III. Não haverá contrapartida pela OSC selecionada face a impossibilidade de se pensar economicamente os bens por parte da Entidade.

No que tange ao objeto, a OSC deverá oferecer condições de executar a proposta elaborando Plano de Trabalho (anexo I), de acordo com todas as premissas descritas no Termo de Referências (anexos II, III). A OSC deverá apresentar o Plano de Trabalho (item 6 a ser observado) e documentos que comprovem os requisitos do item 6.2 e 6.3, via 1Doc, conforme orientações da página 1.

1.4. Da distribuição das vagas entre as OSCs selecionadas

1.4.1. A distribuição das vagas, entre as OSCs selecionadas, será efetuada pela Secretaria de Assistência Social, nos seguintes termos:

- a) No caso do número de OSCs selecionadas serem inferiores às necessidades de oferta do Município, todos os interessados serão convocados para a assinatura do Termo de Colaboração;
- b) No caso do número de interessados selecionados for superior às necessidades de oferta do Município, este procederá à escolha mediante classificação apresentada no Resultado Final homologado pela Comissão de Seleção.

1.4.2. O limite de recursos por objeto será distribuído entre as OSCs aprovadas, com base na dimensão e nos limites legais da quantidade dos usuários atendidos e nas metas/atividades a serem ofertadas, podendo o valor proposto no plano de trabalho sofrer ajuste inferior ou superior, segundo a análise da comissão de seleção, fundamentada em critérios técnicos.

2. DAS DATAS RELATIVAS ÀS FASES DO CHAMAMENTO.

2.1. A cronologia estimada dos prazos referente ao Chamamento Público fica assim distribuída:

Descrição	Prazo
1) Publicação do Edital.	Até 28/05/2024
2) Recebimento da proposta (Plano de trabalho e demais documentos). Enviar pelo 1Doc, conforme orientações da página 1.	Até 29/06/2024
3) Publicação da classificação preliminar, após conclusão da seleção exarada pela comissão de seleção.	Até 17/07/2024
4) Interposição de recursos Enviar pelo 1Doc, conforme orientações da página 1.	Até 22/07/2024
5) Publicação e homologação da Classificação Final da OSC selecionada pela Comissão de Seleção.	Até 30/07/2024

Após a publicação e homologação da Classificação Final a Comissão de Seleção ainda poderá solicitar adequações antes da finalização do processo administrativo o qual se deu este chamamento.

3. DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

3.1 Integram este Edital, com se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:
a) Anexo I – Plano de Trabalho;
b) Anexo II - Termo de Referência para Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com deficiência, idosas e suas famílias – Modalidade Centro Dia da Pessoa Idosa;
c) Anexo III – Termo de Referência para Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com deficiência, Modalidade Residência Inclusiva;
d) Anexo IV – Minuta do Termo de Colaboração;
e) Anexo V – Termo de Ciência e Notificação;
f) Anexo VI – Manual de Prestação de Contas;
g) Anexo VII – Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho;
h) Anexo VIII – Modelos de Declarações para a Celebração da Parceria, conforme Item 9.5;
i) Anexo IX – Documentos para Celebração da Parceria.

3.2. Estarão disponíveis, no site oficial da prefeitura – www.pindamonhangaba.gov.sp.br, os seguintes documentos: Edital de Chamamento, Decreto Municipal que trata das comissões e das Portarias de designação e Anexo I - Plano de Trabalho (editável).

4. DA ABERTURA

O Município de Pindamonhangaba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 4522.6214/0001-19, com sede na Avenida Nossa Senhora do Bom sucesso, nº1400, Bairro Alto do Cardoso, nesta cidade, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais normas que regem a matéria, torna público o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para seleção das Organizações da Sociedade Civil, doravante denominada simplesmente OSC, para a consecução de finalidades de interesse público na área socioassistencial, através de TERMO DE COLABORAÇÃO.

5. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

5.1. Os interessados em participar do presente Chamamento Público poderão solicitar esclarecimentos diretamente à Secretaria de Assistência Social, por 1Doc, conforme orientações da página 1. Os esclarecimentos deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 dias da data-limite para o término do envio das propostas e documentos solicitados. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção. Decorrido o prazo de recebimento das propostas não serão mais aceitos quaisquer questionamentos.

5.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 dias da data-limite para o término de envio das propostas e documentos solicitados, por petição protocolada via 1Doc, conforme orientações da página 1. A resposta às impugnações caberá à Secretaria de Assuntos Jurídicos.

5.3. As impugnações não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações serão juntadas nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

5.4. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

5.5. Nos termos do § 6º do art. 27 da lei 13.019/2014 a homologação deste chamamento não gera direito para a OSC à celebração da parceria.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CELEBRAÇÃO

6.1. A proposta para parceria, apresentada no Plano de Trabalho para Gestão Pública, deve atender aos seguintes critérios eliminatórios:

6.1.1. Adequar-se aos marcos legais, normativos e regulatórios do Sistema Único de Assistência Social, tais como a Lei Orgânica de Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social de 2004, a Norma Operacional Básica do SUAS (Resolução CNAS nº 33/2012), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) e as demais referências utilizadas.

6.1.2. Destinar, 100% das vagas dos Serviços aos usuários do município de Pindamonhangaba, encaminhados pelos órgãos competentes.

6.1.3. Garantir a prestação absolutamente gratuita das ações ofertadas, sendo vedada a cobrança de taxas de qualquer natureza, bem como a solicitação de contribuições ou contrapartidas monetárias, materiais, de trabalho ou de quaisquer outras modalidades.

6.1.4. Desenvolver os Serviços, demonstrando o atendimento da totalidade dos parâmetros presentes nos marcos normativos e regulatórios do SUAS, referentes aos usuários atendidos, aos objetivos da prestação, às providências necessárias (ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social essencial), as aquisições a serem desenvolvidas, as condições e formas de acesso, ao período de funcionamento, à abrangência, à articulação de rede e ao impacto social esperado.

6.1.5. Garantir (assegurar) que o Serviço objeto da parceria seja desenvolvido atendendo plenamente ao Termo de Referência compatível com a proposta apresentada.

6.2. Deverá constar obrigatoriamente na entrega da documentação, a ser analisada pela Comissão de Seleção, sob pena de desclassificação da OSC, os seguintes requisitos:

- I. Proposta por meio do Plano de Trabalho conforme Anexo I e Termo de Referência da respectiva ação socioassistencial a ser ofertada;
- II. Elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;
- III. Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública, a serem preenchidos no item 13 do Plano de Trabalho conforme Anexo;
- IV. Estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto, a serem preenchidos no item 13.1 do Plano de Trabalho conforme Anexo;
- V. Valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico;
- VI. Cumprir com os prazos "DAS DATAS RELATIVAS A FASE DO CHAMAMENTO", descritas no item 2.1 deste Edital.

6.3. Poderá participar do processo de seleção a OSC que não tenha finalidade lucrativa, e que comprove:

- I. No mínimo, 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II. Experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante, podendo ser comprovado por instrumentos de parcerias anteriores, com quaisquer administrações públicas relativas ao respectivo objeto, encaminhar também inscrição atualizada junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Caso a OSC seja de outro município deverá apresentar a inscrição do CMAS da cidade de referência temporariamente, até que a inscrição da ação socioassistencial a ser realizado em Pindamonhangaba seja reconhecida pelo CMAS deste município;
- III. Ter instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, conforme o Termo de Referência compatível com a proposta a qual se candidata, e as tabelas 7.2; 9.1; 10; 11 e 12 do Plano de Trabalho, a serem preenchidas pela OSC.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS REQUISITOS DO PLANO DE TRABALHO E DOS DOCUMENTOS

7.1 A apresentação do Plano de Trabalho e dos documentos, referentes a este Chamamento Público, deverá ser protocolada via 1Doc, sendo obrigatório o envio de um protocolo por proposta, conforme orientações da página 1, até às 23h59 horas do dia 29 de junho de 2024, segundo o cronograma deste Edital.

7.2. Não serão aceitas a apresentação do Plano de Trabalho/documentos submetidos por qualquer outro meio, ou protocoladas fora do prazo estabelecido neste edital.

7.3. Cabe à OSC respeitar o modelo de Plano de Trabalho (anexo I) elaborado pela administração pública, cumprindo-o na íntegra, pois caso ocorra a desconfiguração do layout do documento, poderá ensejar a sua desclassificação neste chamamento público.

7.4. Cabe à OSC redigir a parte que lhe é exigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricar todas as páginas e assinar a última, por seu responsável legal ou por seu procurador (devidamente identificado por meio do estatuto ou procuração), técnico responsável pela execução e responsável pela prestação de contas.

7.5. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em conformidade com o item 6 e seus subitens, necessariamente organizados na ordem do edital.

7.6. Após o recebimento dos documentos pela Comissão de Seleção não será permitida a inclusão de qualquer outro, nem tampouco substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

8. DA ANÁLISE PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

8.1. A Comissão de Seleção, designada por Decreto Municipal, processará, julgará e homologará em meio oficial.

8.2. A Comissão de Seleção emitirá julgamento fundamentado de acordo com os termos estabelecidos neste edital, e será baseado no grau de adequação da OSC, bem como ao valor de referência, além de definir sobre a capacidade operacional e técnica.

8.3. O julgamento feito pela Comissão de Seleção deverá conter critérios objetivos e isonômicos, de acordo com a metodologia de pontuação de cada um dos critérios estabelecidos, no intuito de resguardar os princípios constitucionais da publicidade, da impessoalidade e da eficiência.

8.4. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas OSCs concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões.

Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

8.5. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

8.6. A Comissão de Seleção julgará e classificará as OSCs mediante aferição dos seguintes critérios:

Requisitos	Formas de comprovações	Metodologia de pontuação	
		Pontos	Pontuação máxima
1) Recursos Humanos	Apresentar o quadro de recursos humanos, Item 9.1 do Plano de Trabalho, de acordo com as exigências da Equipe de Referência. *Atentar-se ao item 3 do Termo de Referência.	<ul style="list-style-type: none"> • Grau pleno de atendimento: 4 pontos • Grau satisfatório de atendimento: 2 pontos • Não atendimento: 0 pontos 	4
2) Traçado Metodológico/ Orientação Metodológica	Apresentar no quadro de atividades, item 7 do Plano de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Grau pleno de atendimento: 4 pontos • Grau satisfatório de atendimento: 2 pontos • Não atendimento: 0 pontos 	4
3) Comprovar Possuir equipamentos, mobiliários e eletrodomésticos em condições de uso ao objeto.	Identificar o patrimônio em quantidades suficientes, no item 10 do Plano de Trabalho, comprovado mediante fotos, e se necessária, visita ao local. Ex: Números de camas, armários, mesas, computadores, etc. *Atentar-se ao item 4 do Termo de Referência.	<ul style="list-style-type: none"> • Grau pleno de atendimento: 4 pontos. • Grau satisfatório de atendimento: 2 pontos. • Não atendimento: 0 pontos. 	4
4) Comprovar possuir estrutura física para desenvolver o objeto.	Identificar a estrutura física, no item 10 do Plano de Trabalho, comprovado mediante fotos, e se necessária, visita ao local. Ex: Números de banheiros, quartos, sala, cozinha, etc. *Atentar-se ao item 4 do Termo de Referência.	<ul style="list-style-type: none"> • Grau pleno de atendimento: 4 pontos. • Grau satisfatório de atendimento: 2 pontos. • Não atendimento: 0 pontos. 	4
5) Experiência nos serviços socioassistenciais e programas.	Apresentar documentação oficial que comprove que a OSC tem experiência nos serviços socioassistenciais e programas (Item 11 averiguado no Plano de Trabalho).	<ul style="list-style-type: none"> • Para aqueles que ofertam serviço/programa: 4 pontos. • Para aqueles que ofertaram serviço socioassistencial e/ou programa: 2 pontos. • Para aqueles que nunca ofertaram serviço socioassistencial/Tipificado para pessoa idosa: 0 pontos. 	4
6) Sustentabilidade de Técnica	Tempo de experiência da equipe técnica indicada (item 3 do Termo de Referência) compatível com a ação socioassistencial pleiteada. Números de capacitações ofertadas pela OSC à equipe técnica, visando o aprimoramento dos princípios norteadores das normativas de Assistência Social. Formas de comprovação: Preenchimento do item 12 do Plano de Trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> • Grau pleno de atendimento: 4 pontos • Grau satisfatório de atendimento: 2 pontos • Não atendimento: 0 pontos 	4
7) Proposta Financeira	Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta	<ul style="list-style-type: none"> - O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento), mais baixo do que o valor de referência (1,0); - O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusiv, mais baixo do que o valor de referência (0,5); - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.</p>	1
TOTAL DE PONTOS PARA SERVIÇOS			25

8.7. A pontuação final atribuída será o total dos pontos, que se constitui na soma do resultado de cada requisito.

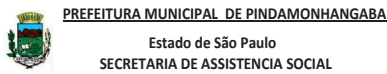
8.8. Será considerada primeira colocada a OSC que obtiver a maior pontuação.

8.9. Os casos de empate serão analisados de acordo com os seguintes critérios eliminatórios, na seguinte ordem:

- a) Maior nota no item 2, Traçado Metodológico ou na Orientação Metodológica;
- b) Maior nota no item 6, Sustentabilidade Técnica;
- c) Maior pontuação no item 7, Proposta Financeira;
- d) Maior tempo de experiência com parcerias do objeto proposto ou semelhante na esfera pública municipal, estadual, federal e privada. item 6.3 II.

8.10. A OSC poderá ser:

- I. Desclassificada, caso não aceitar adequações de valores, de acordo com o número de vagas disponibilizadas pela Secretaria de Assistência Social, segundo análise da Comissão de Seleção;
- II. Passiva de adequação, com o consentimento do dirigente da OSC para adequá-la a apontamentos técnicos e a valores condizentes com o objeto, segundo análise da Comissão de Seleção;
- III. Desclassificada caso não cumpra com o item 6.1.5 do Edital, segundo análise da Comissão de Seleção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

8.11. A etapa de entrega do Plano de Trabalho e demais Documentos, deverá ser realizada juntamente com os itens 6.2 e 6.3 deste edital à Comissão de Seleção.

8.11.1 Na hipótese da OSC selecionada, mesmo convocada, não apresentar os documentos exigidos neste edital, esta será desclassificada. Neste caso, a OSC mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração da parceria nos termos requisitados pelo Plano de Trabalho, segundo o Termo de Referência.

8.11.2 Caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos deste edital.

8.12. Da Interposição de Recursos e da Homologação.

8.12.1 Referente à Classificação Preliminar cabe Recurso junto à **Secretaria de Assistência Social**, a ser entregue via **1Doc, conforme orientações da página 1**, de forma imediata e motivada, observando-se o prazo de **05 (cinco) dias corridos** que começa a contar a partir do próximo dia útil subsequente à publicação do resultado preliminar, no site oficial da Administração, para apresentação das razões, ficando as demais proponentes, desde logo, intimadas à apresentação de contra razões em igual prazo.

8.12.2 Qualquer Recurso contra decisão da Comissão de Seleção terá **efeito suspensivo** e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.12.3 A decisão em grau de Recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação pelo site oficial da Administração.

8.12.4 Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo legal.

8.12.5 Após a classificação das OSCs, as deliberações da Comissão de Seleção serão submetidas à homologação da Secretaria de Assistência Social.

8.12.6 O município divulgará o Resultado Final da seleção no página do site oficial da Prefeitura e no Jornal Tribuna do Norte, cuja publicação servirá para identificar os proponentes do resultado.

9. DAS CONDIÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

9.1. A OSC convidada a celebrar a parceria, terá o prazo de 5 dias úteis para apresentar a documentação descrita no item "9.4" deste edital, no mesmo protocolo do envio da proposta.

9.2. Conforme os incisos I e II do § 2º do art. 24 da lei 13.019/2014, a celebração da parceria se dará da seguinte forma: Por OSCs concorrentes sediadas exclusivamente na Unidade Federativa de São Paulo, devendo o objeto do presente Chamamento ser executado no território do município de Pindamonhangaba, respeitando o princípio da territorialização estabelecido nas políticas setoriais do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Exceto para a oferta de Serviço de Acolhimento na modalidade Residência Inclusiva, devido as suas especificidades.

9.3. A parceria será formalizada mediante a celebração de **TERMO DE COLABORAÇÃO**, conforme minuta Anexo IV.

9.4. Para fins de celebração da parceria a OSC deverá apresentar:

I. Plano de trabalho (anexo I), conforme Termo de Referência da respectiva proposta pleiteada, cumprindo com os ajustes e apontamentos dados pela Comissão de Seleção;

II. Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa Municipal, Estadual e Federal:

- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Certidão de Regularização com FGTS (<https://consultaarf.caixa.gov.br/consultarf/pages/consultaEmpregador.jsf>);
- Certidão de Regularidade com o INSS (www.receita.fazenda.gov.br);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (www.tst.jus.br);
- Certidão Negativa de Débitos Mobiliários Municipal (www.pindamonhangaba.sp.gov.br);
- Formo de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou Protocolo da Escrituração Contábil Digital - ECD;
- Recibo de Entrega do IRPJ ou Protocolo da Escrituração Contábil Fiscal - ECF.

III. Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil competente, ou cópia do Estatuto registrado na forma do artigo 33 da Lei 13.019/2014 e eventuais alterações;

IV. Cópia da ata de eleição do quadro da atual diretoria e do conselho fiscal;

V. Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro das Pessoas Físicas – CPF de cada um deles;

VI. Comprovante de endereço em que a OSC celebrante comprove funcionar no endereço registrado no CNPJ com sede ou domicílio no Município de Pindamonhangaba, para a execução do objeto;

VII. Comprovante de inscrição atualizado da OSC no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

VIII. Possuir estrutura física para a execução dos serviços;

IX. Empregar recursos próprios nos serviços de forma direta, comprovado mediante a apresentação de balanço patrimonial ou balancete contábil do exercício de 2022 assinados pelo dirigente e pelo contador, que permita a identificação das receitas próprias separadas dos repasses de recursos públicos.

9.5. Declarações atestando:

1) Que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, ressalvado na condição de aprendiz, conforme determina o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

2) Que na Diretoria não há agente político ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

3-A) Que a organização não foi punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

- Não estar suspensa de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- Não estar declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração pública;
- Não estar suspensa temporariamente da participação em chamamento público e impedida de celebrar termos de Colaboração, termos de Fomento, convênios e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- Não estar declarada inidônea para participar em chamamento público ou celebrar termos de COLABORAÇÃO, termos de Fomento, convênios e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pelo prejuízo resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada prevista no inciso III do art. 73 da Lei 13.019/2014.

3-B) Que não tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

3-C) Que não possui entre seus dirigentes pessoa:

- Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

4) Que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela entidade, com recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bom como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até segundo grau, em linha reta, colateral, ou por afinidades;

5) Que declare sobre instalações e condições materiais, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei Federal nº 13.019/2014;

6) Que conste o número da Conta Bancária da entidade exclusiva para recebimento de recurso proveniente ao custeio específico do presente plano de trabalho.

9.6. Ficará impedida de celebrar Termo de COLABORAÇÃO a organização da sociedade civil que:

I. Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II. Tenha como dirigente servidor ou agente político do Poder Municipal ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

III. Declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, no âmbito Federal, Estadual e Municipal ou que tiver sofrido suspensão temporária ou impedimento de participação em licitação;

IV. Esteja sendo processadas, administrativa ou judicialmente, por denúncia de malversação de bens ou recursos de origem pública, ou esteja cumprindo penalidades impostas por qualquer órgão da Administração

V. Pública, Direta ou Indireta, no âmbito Federal, Estadual e Municipal ou pelo inciso II, do artigo 73, da Lei Federal 13.019/2014, verificada mediante pesquisa junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, podendo estender a pesquisa a outros sites oficiais se comprovada atuação da OSC em outras Unidades Federativas;

VI. Tenha prestação de contas pendentes junto ao Município, reprovadas ou não apresentadas, pelo prazo de 05 (cinco) anos;

VII. Tenha entre seus dirigentes pessoa:

- Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas pelo TCE-SP, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- Julgada responsável por falta grave e inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

10. DAS OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES PARA A OSC

10.1. As obrigações da OSC, quanto à execução do objeto da parceria, deverão estar contempladas no Plano de Trabalho, de acordo com o Termo de Referência (compatível com proposta pleiteada) e do Manual de Prestação de Contas.

10.2. Movimentar os recursos repassados em conta-corrente específica e em instituição financeira oficial, preferencialmente no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

10.3. Apresentar a prestação de contas financeira e os relatórios técnicos para efeito de monitoramento e avaliação, na forma exigida pelo TCE-SP.

10.4. Manter em arquivo os documentos originais relativos à prestação de contas dos recursos pelo prazo de 10 (dez) anos.

10.5. Divulgar na internet e em mural de fácil acesso, em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações o extrato da parceria, na forma do art. 11 da Lei 13.019/2014.

10.6. A OSC deverá compreender o papel do Gestor das Parcerias e suas respectivas funções, mantendo o diálogo e a abertura para a realização de visitas, quando necessário, assim como encaminhar mensalmente o relatório.

10.7. Conforme o art. 45 da Lei 13.019/2014, as despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42 da referida lei, sendo vedado:

I. Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, exceto se previsto em lei específica e na lei de diretrizes orçamentária.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11.1. Emitir o Parecer Técnico da Administração Pública, como parte do processo de celebração da parceria e relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, conforme preconizado pela Lei Federal nº 13.019/2014.

11.2. Emitir parecer conclusivo anual ao final da parceria, sobre a conformidade do objeto e os resultados alcançados durante a execução do **TERMO DE COLABORAÇÃO**.

11.3. Homologar o monitoramento e avaliação da execução do serviço realizado, por intermédio da Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pelo Poder Executivo, vinculados ao objeto da política municipal de assistência social, realizado pela Organização selecionada.

11.4. Disponibilizar e repassar os recursos vinculados à presente parceria, comprovada a regularidade do objeto.

11.5. Examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à Organização, fiscalizando o adequado uso da verba e o cumprimento das cláusulas da parceria.

11.6. Aplicar sanções administrativas quando verificar que a execução da parceria está em desacordo com o Plano de trabalho, Termo de Referência e com as normas deste edital, garantida a prévia defesa.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Não serão consideradas alegações de não entendimento ou de interpretação errônea das regras e condições previstas neste Edital.

12.2. O dirigente da OSC é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na **desclassificação da OSC e na imediata desconsideração da intenção de formação do TERMO DE COLABORAÇÃO**, bem como a adoção, se for o caso, das medidas cabíveis para a responsabilização, inclusive penal.

12.3. A OSC assumirá todos os custos de preparação e apresentação do Plano de Trabalho e do Termo de Referência, e o município não será responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste Chamamento Público.

12.4. A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos através da parceria não gera vínculo trabalhista com a Administração Pública, nem tampouco a inadimplência da OSC em relação aos encargos trabalhistas não transfere a Administração a responsabilidade por seu pagamento, nem podera onerar o objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO ou restringir a sua execução.

12.5. A simples formalização da entrega da documentação exigida implica o perfeito entendimento e aceitação pela OSC de todos os termos deste Edital, e se submetem às seguintes condições:

I. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista na Lei 13.019/2014, a OSC que incorrer em atos de improbidade, disposto do art. 10 da Lei Federal nº 8.429/92;

II. Ciência de todas as informações e locais para o cumprimento das obrigações relacionadas ao objeto do chamamento público;

III. A OSC vencedora assumirá a inteira responsabilidade pela execução do objeto desta parceria, e adere plenamente aos termos do presente Edital como integrante do TERMO DE COLABORAÇÃO;

IV. Assegurar a inexistência de impedimento legal para celebrar parceria com a Administração Pública;

V. Atendimento das normas relativas à saúde e à segurança do trabalho.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

12.7. A parceria celebrada, na forma prevista da Lei 13.019/2014, terá vigência por até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, a critério da administração.

12.8. O presente edital encontra-se disponível gratuitamente pela Internet, no endereço www.pindamonhangaba.sp.gov.br.

12.9. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Seleção, em conformidade com as disposições constantes dos dispositivos legais citados neste edital.

12.10. A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado por interesse público, ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12.11. O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o Foro de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Pindamonhangaba, 09 de maio 2024.

Sra. Ana Paula de Almeida Miranda
Secretária de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. *Norma Operacional Básica – NOB/Suas*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

_____. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2014.

_____. *Resolução nº 13, de 13 de maio de 2014*. Disponível em <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-13-de-13-de-maio-de-2014/>>. Acesso em :20 jun. 2023.

_____. *Resolução Nº 9, de 15 de abril de 2014*. Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-9-de-15-de-abril-de-2014/>>. Acesso em : 11 jun. 2023.

_____. *Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 23 mar. 2023.

_____. *Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos na Pagamento das Profissionais das Equipes de Referência do SUAS*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal, 2016. 88 p.

DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Guia rápido de orientações. Brasília, Distrito Federal, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Orientações sobre os serviços de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em Residências Inclusivas*, Perguntas e Respostas, 1ª Edição. Brasília, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL; TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS. *Cofinanciamento Estadual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS*. Goiás.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL		
Razão Social		
Data de criação	C.N.P.J.	
Inscrição no CMAS nº		
Endereço		
Cidade	UF	
CEP	E-mail	
DDO/Tel	FAX	
Conta Corrente	Banco	Agência
Nome do Representante Legal		
CPF	RG	
Cargo	Função	
Endereço	CEP	
Início mandato:	Fim do mandato:	
Nome do Técnico Responsável		
CPF	RG	
Formação Profissional	Nº Registro	
Cargo	Função	
Endereço	CEP	

2 – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
Seguir o enunciado do Termo de Referência da ação socioassistencial a ser pleiteada. Exemplo: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos.	Período de Execução	
	Início	Término

3 – PÚBLICO-ALVO		
Exemplo: Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos de ambos os sexos		
Nº de vagas: XXXX	Valor Unitário: R\$ XXXX	Valor total (ano): R\$ XXXX

4 – DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA
Apresentar diagnóstico da realidade referente a demanda qual será atendida.

4.1 – Território de CRAS onde será executada a ação socioassistencial: (A qual território de CRAS pertence este objeto?)
Exemplo – CRAS Cidade Nova

4.2 - Território da população a ser atendida e endereço do local de execução das atividades:

Exemplo – Cidade Nova e região. Endereço : Rua Rio de Janeiro, nº100 - Cidade Nova.

4.3 - A acessibilidade se dará por: (Como se dará o deslocamento dos usuários para as atividades nos territórios propostos pela OSC)

Exemplo 1 - A OSC realizará o transporte com automóvel próprio.

Exemplo 2 A OSC disponibilizará as atividades no território dos usuários a serem atendidos pelo Serviço em espaços comunitários, não necessitando de transporte. Endereço : Rua Rio de Janeiro, nº100 - Cidade Nova.

5 - OBJETIVO GERAL

Exemplo: Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária.

6 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6.1. Resultados esperados	6.2. Metas a serem atingidas	6.3. Indicadores de aferição	6.4. Meios de verificação dos indicadores
Exemplo: 1. Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo.	- Vínculos comunitários e familiares fortalecidos e/ou preservados.	- 70% de participação do inscrito no encontro regular.	- Número de inscritos por número de participantes no encontro regular.	- Lista dos inscritos e lista de presença dos participantes do encontro regular, com fotos e descrição das atividades realizadas.
2.				
3.				

7 – FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

7.1. Atividades Propostas

OBJETIVO ESPECÍFICO	ATIVIDADES (numerar as atividades)
Exemplo: 1. Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo.	Exemplo: 1. Acolhida/Recepção; 2. Escuta; 3. Realização de Encontro Regular; 4. Realização de Encontro de Fechamento; 5. Realização de encontro intergeracional; 6. Visita domiciliar; 7. Elaboração de relatórios; 8. Elaboração de prontuários via GESUAS; Registro das atividades via GESUAS.
2.	
3.	

7.2. Metodologia (Como serão desenvolvidas as atividades)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ATIVIDADE S	METODOLOGIA DE EXECUÇÃO (Caber a OSC descrever como as atividades serão feitas e quem participará)	PERIODICIDADE (Quantas vezes por mês e por quanto tempo) Ex. 1 vez ao mês por 1h.	PROFISSIONAL (Responsável pela execução)
1	1.	Exemplo: atender o usuário de forma acolhedora, em espaço próprio e com sigilo realizando escuta ativa.	Exemplo: 1 vez ao mês por 6h	Assistente social
	2.			
	3.			
	4.			
	5.			
	6.			
	7.			
	8.			
	9.			

³ As atividades aqui mencionadas por numeração referem-se às supracitadas no item 7.1 Descrição das atividades.

2	1.			
	2.			
	3.			
	4.			
	5.			
3	1.			
	2.			
	3.			

8 – MÉTODOS DE MONITORAMENTO/AValiação

Metodologia proposta para o acompanhamento das ações através de instrumentais: (As metas do Item 8.1 deverão ser as mesmas do 6.2)

8.1. O que será monitorado e avaliado? (As METAS atingidas)	8.2. Qual o método ou a atividade de monitoramento e avaliação?	8.3. Quando/Periodicidade?	8.4. Quem participa?
Objetivo específico 1: Exemplo -70% de participação do inscrito no encontro regular.			

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ____/20__

TERMO DE COLABORAÇÃO TÉCNICO E FINANCEIRO CELEBRADO ENTRE
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA E A ORGANIZAÇÃO
DA SOCIEDADE CIVIL (RAZÃO SOCIAL DA OSC), COMO SEGUIE:

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado a **Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba**, neste ato representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, conforme Portaria Geral nº 5.136 de 27 de dezembro de 2018, publicada em 28/12/2019, (DADOS E QUALIFICAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL), nos termos do Decreto Municipal nº 5.396 de 11 de janeiro de 2017, doravante designada simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado o (RAZÃO SOCIAL DA OSC), sob CNPJ: _____, neste ato representado pelo seu presidente, (DADOS E QUALIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA OSC), doravante designado simplesmente **OSC**, resolvem firmar o presente Termo, conforme as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo de Colaboração tem por objeto a execução do Plano de Trabalho, especificamente para despesas necessárias para melhor executar as ações, alcançar eficácia, eficiência e economicidade;

IV – Manter recursos humanos, materiais e equipamentos adequados e compatíveis com o atendimento da oferta socioassistencial que os obriga a prestar, com vistas ao cumprimento dos objetivos deste instrumento;

V – Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços assistenciais, sem discriminação de qualquer natureza, zelando pela segurança e integridade física dos usuários;

VI – Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO, inclusive eventuais rendimentos de aplicação financeira, na prestação dos serviços objeto deste instrumento, utilizando para isso de conta bancária exclusiva para movimentar recursos financeiros repassados por este presente termo de Colaboração, conforme estabelecido na cláusula primeira;

VII – Apresentar, nos prazos exigidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do relatório circunstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal e documentos de todos os assistidos;

VIII – Prestar contas ao MUNICÍPIO, conforme cláusula sexta deste Termo de Colaboração, inclusive apresentar mensalmente extrato e conciliação bancária;

IX – Realizar formação inicial e continuada e empregado admitido, a fim de assegurar a qualidade da execução do plano de trabalho;

X – Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos públicos;

XI – Assegurar à Comissão de Monitoramento e Avaliação, ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e aos demais Conselhos, ao Juízo e a Promotoria condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos serviços prestados;

XII – Apresentar relatório mensal, referente aos doze meses de execução da parceria, conforme acordado com a Secretaria Municipal de Assistência Social, demonstrando o atendimento prestado, com os aspectos quantitativos e qualitativos, considerados, respectivamente, a capacidade e o número de beneficiários, bem como os resultados alcançados na implementação dos serviços;

XIII – Alimentar os sistemas de controle de dados dos serviços, informatizados ou manuais, adotados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como os decorrentes das normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo;

XIV – Manter identidade do trabalhador social mediante crachá contendo nome completo, cargo, função e logomarca da OSC;

XV – Manter, durante o prazo de vigência deste termo de Colaboração, a regularidade das obrigações perante a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

XVI – Comunicar à Secretaria Municipal de Assistência Social toda e qualquer alteração ocorrida em seus estatutos sociais, mudanças de diretoria ou substituição de seus membros.

XVII – Apresentar, na ocasião da prestação de contas das parcelas, cópias das CND Mobiliário Municipal, CRF, Certidão Conjunta da Dívida Ativa e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas;

XVIII – Atender eventuais solicitações verbais, por e-mail, telefone ou outros meios acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com a pronta apresentação dos documentos solicitados no prazo estipulado;

XIX – Apresentar, caso solicitado, nome e número da Carteira de Trabalho e Previdência Social de cada um dos trabalhadores recrutados para executar os serviços vinculados ao objeto, mediante prévio registro com base na legislação trabalhista, bem como, inclusive de eventual empregado substituto;

XX – Promover a publicação integral de extrato do relatório de execução física e financeira deste Termo de Colaboração, nos termos do art. 13 da Lei nº Ordinária Federal nº 13.019/2014.

XXI – Manter os recursos aplicados no mercado aberto em títulos da dívida pública quando os recursos forem utilizados em prazo inferior a 30 (trinta) dias, e em caderneta de poupança quando não utilizados no prazo superior a 30 (trinta) dias, sendo que estes valores deverão ser aplicados na parceria e deverão constar obrigatoriamente na prestação de contas junto com os demais recursos repassados. Inclusive apresentando os extratos bancários mensais de eventual aplicação financeira fornecidos pela instituição bancária.

XXII – Efetuar os pagamentos somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, PIX), pessoa física ou jurídica, inclusive dos salários, vedada a emissão de cheque para desembolso ou quaisquer pagamentos;

XXIII – Manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, em banco público, citados neste instrumento;

XXIV – Se responsabilizar exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de serviços e de pessoal;

XXV – Se responsabilizar exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplimento do termo de Colaboração, manter as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

XXVI – Elaborar e entregar o balanço patrimonial, o balancete analítico anual, e demais demonstrações contábeis solicitadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP, segundo as normas contábeis vigentes para o terceiro setor;

XXVII – Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos oriundos que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DA ORGANIZAÇÃO SELECIONADA

I – Realizar diagnóstico, mapeando os serviços convenientes ou não, localizando a rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos, de forma a propiciar a universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias;

II – Participar e propiciar a capacitação continuada dos seus colaboradores e gestores tanto as oferecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, como as viabilizadas pela rede local;

III – Realizar as ações previstas no plano de trabalho, respeitando as diretrizes e eixos da oferta;

IV – Responsabilizar-se pela manutenção, reforma e ampliação do espaço físico;

V – Participar da sistematização, monitoramento das atividades desenvolvidas e do processo de avaliação.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O valor anual total do presente instrumento é de R\$ _____ (VALOR POR EXTENSO), onerando a funcional programática da Secretaria Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, Dotação Orçamentária: (DESCREVER A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA).

Parágrafo único - O repasse de cada parcela será efetuado mensalmente, condicionado à apresentação e aprovação da prestação de contas da parcela anterior.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A OSC prestará contas ao MUNICÍPIO, da seguinte forma:

I – Contas parciais: serão prestadas MENSALMENTE à Secretaria Municipal de Assistência Social, devidamente acompanhado de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários conciliados, evidenciando o movimento do recurso e a rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas; certidão negativa de regularidade junto à Previdência Social (CND - CNDT) e FGTS (CRF), relação nominal dos atendidos;

II – Contas anuais: deverão ser apresentadas até janeiro subsequente, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP (prestação de contas do recurso total recebido no exercício, incluindo rentabilidade);

III – Eventuais saldos não utilizados deverão ser restituídos aos cofres municipais ao término da parceria devidamente corrigidos, conforme cláusula Décima Quarta;

Parágrafo 1º - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência da parceria.

Parágrafo 2º - Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas decorrentes de:

- Taxa de administração, de gerência ou similar;
- Pagamento de servidor ou empregado público sem que a lei específica e ou a lei de diretrizes orçamentária autorize;
- Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos;
- Publicidade, salvo as previstas no Plano de Trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou orientação pessoal, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- Pagamento de pessoal contratado pela OSC, que não atendam às exigências do artigo 46 da Lei Ordinária nº 13.019/2014.
- Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
- Bens Permanentes.

Parágrafo 3º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, ou a sua não aprovação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

Parágrafo 4º - É responsabilidade exclusiva da OSC o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, e especialmente as de pessoal, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Em consonância com o disposto na alínea "h" do artigo 35 da Lei Ordinária Federal nº 13.019/2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação realizará o monitoramento e avaliação da parceria, no prazo da vigência da parceria, sem prejuízo do monitoramento pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Pindamonhangaba Conselhos e afins, conforme o caso, e da fiscalização do Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Parágrafo único - Fica assegurado o livre acesso dos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Controle Interno Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DAS IRREGULARIDADES

Qualquer irregularidade concernente ao presente instrumento será comunicada à Secretaria Municipal de Assistência Social, que deliberará quanto à aplicação das sanções previstas na cláusula décima segunda.

Parágrafo único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre os colaboradores.

CLÁUSULA NONA – DO GESTOR DA PARceria

Em consonância com o disposto no inciso VI do artigo 2º da Lei Ordinária nº 13.019/2014, a função do Gestor da parceria e suas competências estão dispostas no Decreto Municipal nº 5.452, de 12 de setembro de 2017, sendo o mesmo nomeado por ato público em Portaria Geral Municipal nº _____ de _____ de 20__.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento terá a vigência de ____/____/____, podendo ser prorrogada por igual período, após manifestação por escrito do titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, posterior ao parecer da equipe técnica e com anuência do CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O Município poderá autorizar ou propor alteração do Termo de Fomento/Colaboração ou do plano de trabalho após, respectivamente, solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

- Por termo aditivo à parceria para:
 - Ampliação de até 30 (trinta) dias do valor global;
 - Redução do valor global, sem limitação do montante;
 - Prorrogação da vigência, observados o limite fixado pelo artigo 21 do Decreto Federal 8.729/2016, qual seja, desde que o período total da vigência não exceda 05 (cinco) anos;
 - Alteração da destinação dos bens remanescentes;
 - Outra alteração necessária no caso concreto, ou
 - Por correção de erro, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
 - Ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho;
 - Remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.
- 1º Sem prejuízo das alterações previstas no caput, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil para:
 - Prorrogação da vigência, antes do seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; ou
 - Indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente termo de Colaboração poderá ser infratemporalmente rescindido ou descumprimento de suas cláusulas e condições executorias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfezimento.

Parágrafo 1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, caberá à OSC apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes devidamente corrigidos conforme cláusula décima terceira, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras;

Parágrafo 2º - É prerrogativa do MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo 3º - Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

recebimento da notificação de irregularidades, justificativa e proposta de correção para apreciação e decisão pelo Gestor da Parceria, referida na Cláusula Oitava deste instrumento; na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo 4º - A liberação de parcela de repasse, eventualmente bloqueada, será feita após a correção das irregularidades apontadas, ou da aceitação formal da proposta de correção, com prazos determinados.

Parágrafo 5º - A cópia da notificação de ocorrências de irregularidades, devidamente assinada pelas partes, da justificativa e da proposta de correção integrarão o processo de prestação de contas junto ao Órgão Gestor do Secretária Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO

A OSC compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice que o substitua, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- A inexecução do objeto desta parceria;
 - Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas no prazo exigido;
 - Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.
- Parágrafo único - Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão desta, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública, se não for para uso no respectivo objeto, devem ser restituídos e serem incorporados ao patrimônio do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste instrumento fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial, até o (quinto) dia útil do (mês subsequente), a contar do mês da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Comunicação: Todas as comunicações relativas a este Termo de Colaboração serão efetuadas por escrito e consideradas como realizadas quando entregues nos endereços indicados no preâmbulo deste instrumento, admitindo-se também a comunicação virtual (via e-mail e sistema 100%) como meio hábil e legal. As partes serão responsáveis pela comunicação por escrito de eventual alteração de endereço e as notificações enviadas no endereço previsto neste instrumento, anteriores a este aviso, as partes reconhecem por este ato como entregues.

Rescusa de Vínculo: O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria, na forma deste instrumento, não gera vínculo trabalhista com o poder público, conforme prevê o § 3º do art. 46 da lei 13.019/2014.

Casos Omissos: Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes através de Termo Aditivo que fará parte integrante deste instrumento.

Independência das Disposições: Se qualquer termo ou outra disposição deste Termo de Colaboração for considerado inválido, ilegal ou inexequível diante de qualquer norma legal ou ordem pública, todos os demais termos e disposições deste instrumento permanecerão em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato econômico e jurídico das operações contempladas neste instrumento não for prejudicado por qualquer das partes individualmente. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexequível, as partes negociarão em boa fé a alteração deste Termo de Colaboração de modo a fazer vigorar sua intenção original da maneira mais aceitável possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas na medida do possível.

Decisões Nulas de Pleno Direito: Será nula de pleno direito, toda e qualquer medida ou decisão correlata com o presente Termo de Colaboração que vá de encontro ao que conste na Lei Ordinária Federal nº 13.019/2014.

Novação: A falta de utilização, pelos parceiros, de quaisquer direitos ou facilidades que lhe concede este Termo de Colaboração não se constituirá novação, nem importará renúncia aos mesmos direitos e facilidades, mas mera tolerância em fazê-los prevalecer em qualquer outro momento ou situação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO DOCUMENTO COMPLEMENTAR

Faz parte do presente Instrumento, em tudo aquilo que não contrarie, de forma a complementar-se um ao outro, o Plano de Trabalho apresentado pela OSC e aprovado pelo MUNICÍPIO, na forma da proposta – Anexo ____ do Edital de Chamamento Público nº ____/20__.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro desta Comarca de Pindamonhangaba para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento, caso resolveu a fraude a prévia e obrigatória tentativa de solução administrativa das questões, com a participação e assessoramento de um dos integrantes da Procuradoria Municipal da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO PROTOCOLO ADMINISTRATIVO

O presente Termo de Colaboração foi confeccionado de acordo com o constante no processo administrativo ____/20__, de ____ de ____ de 20__.

As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e na presença de 02 (duas) testemunhas.

_____ Pindamonhangaba, ____ de ____ de 20__.

(NOME DA SECRETARIA)
Secretária Municipal de Assistência Social

(NOME DO PRESIDENTE DA OSC)
Presidente da OSC

Testemunhas:

1- _____ 2- _____

ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

ANEXO RP-09 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

(redação dada pela Resolução nº 11/2021)

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO:

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA:

TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº:

OBJETO:

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO:

EXERCÍCIO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao atualizado processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 9º da Lei Complementar nº 709, de 14 de Janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concissor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: PINDAMONHANGABA, ____ DE ____ DE 20__.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA**

Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome:

Cargo:

CPF:

ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome:

Cargo:

CPF:

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Gestão de Parceria

Nome:

CPF:

Assinatura: _____

Nome:

CPF:

Assinatura: _____

Nome:

CPF:

Assinatura: _____

Nome:

CPF:

Assinatura: _____

Nome:

CPF:

Assinatura: _____

(*) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.

(*) O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados ao processo de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas sob o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(Inscrito acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA**

Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO VI – MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA – SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

SOCIAL

MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**DO TERCEIRO SETOR****SUMÁRIO**

Introdução	
Objetivo da Prestação de Contas	
Dos prazos para prestação de contas, utilização de recursos e liberação de Parcelas	
Da movimentação financeira	
Da prestação de contas - Mensal	
Da não apresentação da prestação de contas	
Da prestação de contas - Pelo encerramento do Exercício	
Da análise da Prestação de Contas - Final	
Das vedações sujeitas à devolução dos recursos	
Do dever de guarda	
Considerações finais	
Links para retirar as certidões de regularidade fiscal	
Referências bibliográficas	

INTRODUÇÃO

O presente Manual tem a finalidade de orientar a Organização da Sociedade Civil na apresentação dos documentos necessários à prestação de contas, bem como destacar pontos importantes de legislação e instruções que regulamentam os recursos repassados ao Terceiro Setor.

Apesar do cuidado tomado nas exemplificações, poderão não contemplar todas as situações que envolvem o processo de prestação de contas, motivo que se faz necessária a leitura da Lei nº 13.019/2014, suas alterações e regulamentação, o Manual de Repasses Públicos ao Terceiro Setor, elaborado em 2019 e a recente Instrução nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

OBJETIVO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O objetivo da Prestação de Contas é identificar para quem a analisa, dentre outros aspectos, e se for o caso, os seguintes critérios:

- A regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas no Plano de Trabalho;
- A observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e das normas regulamentares editadas pela Lei 13.019/2014 e Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- O fiel cumprimento do Plano de Trabalho e do Regulamento de Compras e Serviços;
- A regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas;
- A execução total ou parcial do objeto;
- A aplicação total ou parcial da contrapartida, quando for o caso;
- A eventual perda financeira em razão da não aplicação dos recursos no mercado financeiro;
- A devolução de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras.

DOS PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS, UTILIZAÇÃO DE RECURSOS E LIBERAÇÃO DE PARCELAS

As prestações de contas deverão ser apresentadas até o dia 15 do mês seguinte ao recebimento da respectiva parcela;

A liberação do pagamento da parcela seguinte ficará condicionada à apresentação da prestação de contas, dentro do prazo estipulado;

As parcelas serão liberadas em estrita observância ao Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho;

O atraso pela Administração Pública na disponibilização dos recursos da parceria autoriza o reembolso das despesas pendidas e devidamente comprovadas pela Organização de Sociedade Civil, no cumprimento das obrigações assumidas por meio do Plano de Trabalho.

O parágrafo anterior não se aplica no caso de o atraso ser causado pela ausência de prestação de contas, por parte da Entidade, no prazo previamente estabelecido.

DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Os recursos serão recebidos e movimentados de acordo com o contido na Lei Federal nº. 13.019/2014;

Nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014 **toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica** sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária e, enquanto não utilizados na sua finalidade, serão aplicados em um fundo de aplicação financeira de credulidade. Eventuais resultados negativos de aplicação financeira deverão ser reembolsados pela Entidade;

Todos os recursos serão depositados em **conta bancária única e específica** (Banco Público) conforme previsto no Termo de Fomento/Colaboração, bem como outras receitas oriundas da execução do projeto;

Compete à Organização da Sociedade Civil atender às normas estabelecidas pela instituição financeira para ativação da conta corrente.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – MENSAL

A prestação de contas deverá ser realizada observando-se as regras previstas na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, suas alterações e regulamentação, Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, além dos prazos e normas constantes no instrumento de parceria, regulamento de compras e serviços e no Plano de Trabalho;

A prestação de contas apresentada pela Organização de Sociedade Civil deverá conter elementos suficientes que permitam avaliar o andamento do objeto pactuado, com a descrição porm



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

**Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A comprovação fiscal de serviços prestados por pessoa Jurídica de direito privado, deverá ser através de nota fiscal avulsa ou nota fiscal de prestação de serviço própria;

A nota fiscal, para fins de comprovação da despesa, deverá obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária e **estar dentro do período de vigência da parceria**;

Poderá ser admitida a apresentação de recibo apenas no caso de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária, o qual deverá conter, no mínimo, descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago, de forma numérica e por extenso e discriminação das deduções efetuadas, quando for o caso;

Qualquer documento comprobatório de despesa (notas fiscais, recibos etc.) deverá conter o n.º do Termo de Fomento/Colaboração e seu objeto, com a assinatura de pessoa responsável da Organização de Sociedade Civil certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

Os comprovantes de despesas apresentados deverão estar preenchidos com clareza e sem rasuras que possam comprometer a sua credibilidade, indicando no mínimo as seguintes informações:

- A data de emissão, o nome e o endereço da OSC;
- A discriminação precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação;
- Os valores, unitário e total, das mercadorias e serviços e o valor total da operação.

As entidades que tiverem planos de trabalho que contemplem despesas com combustível deverão apresentar uma relação dos veículos que a entidade possui, bem como uma cópia do documento dos veículos, para melhor identificação dos mesmos durante a conferência da prestação de contas. Fica ainda estabelecido que todas as notas fiscais referentes a serviços realizados nos veículos, peças e combustível deverão conter a placa do veículo.

No caso de pagamento de aluguel para pessoa física, sendo o valor incidente na Tabela do IRRF, fazer a retenção e apresentar a guia do imposto paga.

No caso de apresentação de RPA (Recibo de Pagamento a Autônomo), o mesmo deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Nome completo do prestador de serviço;
- Função desempenhada, cargo;
- Data da contratação;
- Horas de trabalho que estão sendo remuneradas e o valor da mesma;
- Descrição dos trabalhos desempenhados;
- Mês a que se refere o pagamento;
- Nome da organização e CNPJ;
- Retenções – quais e valores;
- Valor total pago, numérico e por extenso;
- Data e assinatura do prestador de serviço.

Em caso de aquisição de bens permanentes, estes deverão ser comprovados por meio de registros fotográficos em que fique evidente a quantidade e modelo dos bens adquiridos. Nas fotografias deverão ficar evidentes as etiquetas, adesivos ou placas de identificação, onde deverá constar, no mínimo, o número da parceria e a menção da participação do Município;

Caso a OSC julgue necessário apresentar alguma justificativa ou alguma observação de caráter geral, deverá apresentá-la na prestação de contas, através de documento datado e assinado por responsável da organização;

Caso a justificativa e/ou observação seja referente a um gasto específico, anexar o documento logo após o comprovante da respectiva despesa;

Será excluído (glosado) na prestação de contas o valor que for aplicado em finalidade diversa daquela prevista no instrumento (plano de trabalho), bem como o que não atender a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, suas alterações e regulamentação.

DA NÃO APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC que não apresentar a prestação de contas no prazo definido terá a próxima parcela retida até a correção da situação.

Será considerada como não prestada conta, entre outras situações possíveis, quando:

- Não apresentadas no prazo regular;
- Com documentação incompleta; e
- A documentação apresentada não oferecer condições à comprovação da boa e regular aplicação do dinheiro público.

Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a Organização da Sociedade Civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação;

Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente deverá adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – PEO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Apresentar o **Anexo RP 10 – Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas – Repasses ao Terceiro Setor**, devidamente assinado pelo (a) Presidente da Entidade - evidenciando os recursos recebidos, mês a mês, rendimentos de aplicação financeira, aportes financeiros da Entidade, bem como as despesas consolidadas no exercício, por natureza de despesa.

O saldo constante neste relatório será o mesmo constante na prestação de contas de dezembro ou pelo encerramento da parceria firmada.

No caso de devolução de recursos, deverá ser anexado o demonstrativo do depósito bancário efetuado a favor do Município, bem como o extrato bancário com a inexistência de recursos na respectiva conta bancária da parceria.

A parceria firmada e classificada como subvenção ou auxílios, normalmente oriunda do FUMCAD, FMI e Emenda Impositiva, e pactuada em forma de Termo de Fomento, deverá ter o recurso aplicado até o encerramento do exercício por tratar de um tipo de despesa anual. Neste caso, eventual saldo da parceria em 31/12 deverá ser devolvido ao Município.

Os Termo de Colaboração, caracterizado pela finalidade de ação governamental, poderá ter vigência de um exercício para o outro e, quando viável, poderá fazer o uso do saldo existente em 31/12 no período futuro.

Por ocasião do encerramento do exercício, a Entidade deverá encaminhar documento emitido pelo Contador

(a) responsável, atestando a escrituração dos documentos apresentados às prestações de contas, em conformidade às Normas Brasileiras de Contabilidade.

DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS - FINAL

A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, devendo dispor sobre:

- Aprovação da prestação de contas;
- Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

A Entidade receberá cópia do julgamento da parceria.

VEDAÇÕES SUJEITAS A DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS

É vedada a realização de eventos que cobrem ingressos ou que recebam qualquer outro tipo de receita, salvo quando forem revertidas ao projeto, aplicadas em finalidade pública previamente definida ou creditadas ao respectivo órgão repassador, hipóteses que deverão estar especificadas no termo de parceria;

É vedado o pagamento de despesas com manutenção da organização. Consideram-se despesas com manutenção as de natureza contínua realizadas pela OSC e que não tenham relação direta com projetos aprovados no termo de parceria;

É vedada a alteração do objeto do termo de parceria. Não constitui alteração do objeto a ampliação ou redução dos quantitativos previstos no plano de trabalho desde que não prejudique a funcionalidade do objeto e seja autorizada pela Gestora da parceria, aprovada pela Secretária Municipal de Assistência Social;

É vedada a utilização dos recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

É vedada a utilização dos recursos em desacordo ao previsto no plano de trabalho, ainda que em caráter de emergência;

“QUALQUER SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO NO PLANO DE TRABALHO, PLANO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DEVERÁ SER PREVIAMENTE AUTORIZADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. PRIMEIRAMENTE DEVERÁ SER ENVIADO UM OFÍCIO AO GESTOR DA PARCERIA, EXPLICANDO AS ALTERAÇÕES SOLICITADAS PELA OSC, ASSIM COMO TODA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA. APÓS ANÁLISE, O GESTOR IRÁ MANIFESTAR-SE ATRAVÉS DE PARECER FAVORÁVEL OU DESFAVORÁVEL À ALTERAÇÃO. EM CASO DE PARECER FAVORÁVEL, AFIRMARÁ QUE A ALTERAÇÃO SOLICITADA NÃO IMPACTARÁ NEGATIVAMENTE NO OBJETO DA PARCERIA E ENCAMINHARÁ O PEDIDO AO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA SECRETARIA, QUE IRÁ ANALISAR DO PONTO DE VISTA FINANCEIRO A VIABILIDADE DA ALTERAÇÃO E, SENDO FAVORÁVEL, IRÁ REALIZAR UM TERMO DE APOSTILAMENTO OU TERMO DE ADITAMENTO COM AS ALTERAÇÕES. LEMBRANDO QUE A OSC SÓ PODERÁ REALIZAR AS ALTERAÇÕES SOLICITADAS APÓS RECEBER A AUTORIZAÇÃO POR MEIO DO TERMO DE APOSTILAMENTO OU ADITAMENTO, NÃO SENDO VÁLIDA NENHUMA ALTERAÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO, FICANDO A ENTIDADE RESPONSÁVEL POR QUALQUER PREJUÍZO QUE VENHA SOFRER POR NÃO RESPEITAR AS ETAPAS DO PROCESSO”.

É vedada a realização de despesas, pagamento à fornecedor, incluindo folha de pagamento, encargos e demais despesas fixas em **data anterior ou posterior à vigência** do instrumento, salvo se expressamente autorizado pela Administração Pública e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

Entende-se como fato gerador, de acordo com o Princípio de Competência: “a despesa será considerada em função do seu fato gerador, ou seja, o recebimento dos serviços e consumo dos bens ou materiais”.

Portanto, incluem-se nesse mesmo conceito, os salários e encargos dos funcionários. Exemplo: O salário pago no dia 5 pertence a despesa (fato gerador) do mês anterior. Se a parceria foi encerrada em 31/12/xx, o fato gerador é dezembro e tal despesa deve ser paga com o recurso recebido em dezembro e não o recurso recebido em janeiro.

É vedada a aquisição de bens ou serviços fornecidos pela própria organização de sociedade civil, cônjuges de todos os seus dirigentes e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau, inclusive nos casos em que fizerem parte do quadro societário da empresa a ser contratada, bem como qualquer forma de obtenção de vantagem advinda da aplicação dos recursos recebidos;

É vedada à organização a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos nos contratos de termos de parceria, em conformidade com os princípios elencados na da Constituição Federal;

Considera-se promoção pessoal, dentre outras, a utilização de faixas, painéis, cartazes, folders, outdoors ou outras formas de divulgação onde constem nomes ou imagens de autoridades ou servidores públicos;

É obrigação de organização inserir cláusula, no contrato que celebrar com fornecedor de bens ou serviços com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer às normas uniformes para todo e qualquer contratante.

DO DEVER DE GUARDA

É dever da OSC a guarda dos documentos originais de prestação de contas por um prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, para responderem possíveis solicitações do Município de Pindamonhangaba ou Órgãos Controladoria Municipal, Estadual ou Federal, bem como do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos na elaboração deste manual atender o que dispões a Lei 13.019/2014 no seu Artigo 63, § 1º de forma a auxiliar as Organizações de Sociedade Civil a cumprir a sua obrigação de prestar contas.

Art. 63 – A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas nesta Lei, além de prazos e normas de elaboração constantes do instrumento de parceria e do plano de trabalho.

§ 1º - A administração pública fornecerá manuais específicos às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

Neste Manual procuramos destacar os pontos mais básicos de uma prestação de contas para as Organizações da Sociedade Civil de forma que, realizado o objeto de parceria, possam prestar contas no prazo previsto, regularizando suas posições junto ao Município de Pindamonhangaba.

LINKS PARA EMISSÃO DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL

Certidão de Regularidade com o FGTS

<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

Certidão de Regularidade com o INSS

<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndConjuntainter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

<http://www.tst.jus.br/certidao>

Certidão Negativa de Débitos Mobiliários Municipal – Entidades de Pindamonhangaba

<http://siapegov.pindamonhangaba.sp.gov.br/ompinda/webgis/siapegov/arrecadacao/baw/certidao.php>

REFERÊNCIAS

Lei 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13019.htm. Acesso em: 15 mai 2023.

Decreto 8.726, de 27 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispôr sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

Constituição da República Federativa do Brasil/1988 - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm;

Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social de nº 21 de 24/11/2016. Estabelece requisitos para celebração de parcerias, conforme a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, entre o órgão gestor da assistência social e as entidades ou organizações de assistência social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_27230360_RESOLUCAO_N_21_DE_24_NOVEMBRO_DE_2016.aspx.

ANEXO VII – TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP003067/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/04/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR016684/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 10260.107337/2023-34
DATA DO PROTOCOLO: 10/04/2023

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 10260.109501/2022-67
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 17/05/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>. SINDICATO INSTITUCIONES BENEFICIENTES FIL REL EST S PAULO, CNPJ n. 65.718.751/0001-93, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CASSIANO RICARDO FAEDO NABUCO DE ABREU; E SINDICATO

INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS EM INSTITUCIONES BENEFICIENTES, RELIGIOSAS

E FILANTROPICAS NO ESTADO DE SAO P, CNPJ n. 05.646.867/0001-32, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROGERIO JOSE GOMES CARDOSO;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2023 a 29 de fevereiro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categori(a) **EM INTERSEÇÃO COM O QUE CONSTA DOS REGISTROS SINDICAIS DAS PARTES, OU SEJA, COM A SEGUINTE CATEGORIA: EMPREGADOS EM INSTITUCIONES BENEFICIENTES, RELIGIOSAS E FILANTROPICAS**, com abrangência territorial em **Aguai/SP, Alambari/SP, Alto Alegre/SP, Alvinlândia/SP, Analiândia/SP, Anhembi/SP, Apiaí/SP, Aramina/SP, Arandu/SP, Araçoi/SP, Arco-Íris/SP, Arelépolis/SP, Ariranha/SP, Artur Nogueira/SP, Arsituba/SP, Atibaia/SP, Barão de Antonina/SP, Barra do Chapéu/SP, Barretos/SP, Bebedouro/SP, Biribituba Mirim/SP, Bofete/SP, Boituva/SP, Bom Jesus dos Perdões/SP, Bom Sucesso de Itararé/SP, Borá/SP, Borebi/SP, Bragança Paulista/SP, Braúna/SP, Brejo Alegre/SP, Brotas/SP, Buri/SP, Caconde/SP, Caieiras/SP, Cajobi/SP, Campina do Monte Alegre/SP, Campos Novos Paulista/SP, Cananéia/SP, Canas/SP, Cândido Mota/SP, Cândido Rodrigues/SP, Canitar/SP, Colina/SP, Colômbia/SP, Conchal/SP, Cordeirópolis/SP, Corumbataí/SP, Cosmópolis/SP, Cruzália/SP, Cubatão/SP, Cunha/SP, Descalvado/SP, Diadema/SP, Divinolândia/SP, Dobrada/SP, Echaraporá/SP, Elias Fausto/SP, Eliásri/SP, Estiva Gerbi/SP, Fartura/SP, Fernando Prestes/SP, Fernão/SP, Florínea/SP, Francisco Morato/SP, Franco da Rocha/SP, Gavião Peixoto/SP, Getulina/SP, Guaicará/SP, Guaimbé/SP, Guaraú/SP, Guaratinguetá/SP, Guareí/SP, Guaribira/SP, Guataparã/SP, Holambra/SP, Hortolândia/SP, Itacanga/SP, Itaci/SP, Itarés/SP, Ibirarema/SP, Igarapú do Tietê/SP, Iguaçu/SP, Ilha Comprida/SP, Ipeúna/SP, Ipirá/SP, Itaju/SP, Itococa/SP, Itapirapuã Paulista/SP, Itapua/SP, Itapura/SP, Itirapina/SP, Itobi/SP, Jaboran/SP, Jaboticabal/SP, Jacuizânia/SP, Jambéiro/SP, Joanópolis/SP, Jurumirim/SP, Lagoinha/SP, Lourdes/SP, Lucianópolis/SP, Luziânia/SP, Lútecia/SP, Mairiporã/SP, Maracá/SP, Marapoama/SP, Mauá/SP, Mesópolis/SP, Mineiros do Tietê/SP, Mirassol/SP, Mirassolândia/SP, Mococa/SP, Monte Alegre do Sul/SP, Monte Alto/SP, Monte Azul Paulista/SP, Monte Mor/SP, Morungaba/SP, Motuca/SP, Nantes/SP, Nazaré Paulista/SP, Nova Canaã Paulista/SP, Nova Castilho/SP, Nova Europa/SP, Nova Independência/SP, Nova Odessa/SP, Novaes/SP, Óleo/SP, Oriente/SP, Oscar Bressane/SP, Ouroeste/SP, Palmares Paulista/SP, Palmital/SP, Paraíso/SP, Parisi/SP, Paulínia/SP, Paulistânia/SP, Pedra Bela/SP, Pedreira/SP, Pedrinhas Paulista/SP, Pindamonhangaba/SP, Pindorama/SP, Pinhaltinho/SP, Piquete/SP, Piracéia/SP, Pirangi/SP, Pitangueiras/SP, Platânia/SP, Pongai/SP, Pontalda/SP, Porto Ferreira/SP, Potim/SP, Pracinha/SP, Pradópolis/SP, Pratânia/SP, Quadra/SP, Quatá/SP, Queiroz/SP, Quintana/SP, Rafard/SP, Rancharia/SP, Redenção da Serra/SP, Ribeira/SP, Ribeirão dos Índios/SP, Ribeirão Grande/SP, Ribeirão Pires/SP, Rincão/SP, Sabino/SP, Saleópolis/SP, Saltinho/SP, Salto Grande/SP, Santa Adélia/SP, Santa Cruz da Conceição/SP, Santa Cruz da Esperança/SP, Santa Ernestina/SP, Santa Gertrudes/SP, Santa Lúcia/SP, Santa Maria da Serra/SP, Santa Rita do Passa Quatro/SP, Santa Salete/SP, Santo André/SP, Santo Antônio da Alegria/SP, Santo Antônio de Posse/SP, Santo Antônio do Jardim/SP, São Bernardo do Campo/SP, São Caetano do Sul/SP, São João de Itacema/SP, São José do Rio Pardo/SP, São Pedro do Turvo/SP, São Sebastião da Gramma/SP, Sarutaiá/SP, Socorro/SP, Sumaré/SP, Suzanápolis/SP, Tabatinga/SP, Taquai/SP, Taiapuá/SP, Taíua/SP, Tambaú/SP, Tapiratiba/SP, Taquaral/SP, Taquariva/SP, Tarumã/SP, Tejuçuá/SP, Terra Roxa/SP, Timburi/SP, Torre de Pedra/SP, Trabiçu/SP, Tuíuti/SP, Ubarana/SP, Ubirajara/SP, Uru/SP, Vargem Grande do Sul/SP, Vargem/SP, Viradouro/SP, Vista Alegre do Alto/SP, Vitória Brasil/SP e Zacarias/SP.**

SALÁRIOS, REALISTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2023 a 29/02/2024

A partir de 01 de março de 2023, ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais para as funções abaixo:

- Técnico de enfermagem** - R\$ 2.269,50 (dois mil duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos) por mês.
- Auxiliar de enfermagem** - R\$ 1.774,75 (um mil, setecentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) por mês.
- Professor de educação infantil Terceiro Setor** - R\$ 2.749,68 (dois mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos) por mês.
- Instrutores de atividades de educação física** - R\$ 2.269,50 (dois mil duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos) por mês.
- Educador Terceiro Setor** - R\$ 2.162,01 (dois mil, cento e sessenta e dois reais e um centavos) por mês.
- Auxiliar de Educação Infantil (ADI) / Monitores** - R\$ 1.774,75 (um mil, setecentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) por mês.
- Assistente Social** - R\$ 1.874,22 (um mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos) por mês.
- Demais Empregados** - R\$ 1.514,41(um mil, quinhentos e quatorze reais e quarenta e um centavos) por mês.
- Menor Aprendiz** - R\$ 1.471,00 (um mil, quatrocentos e setenta e um reais reais) por mês.
- Cuidador de Idoso** - R\$ 1.524,74 (um mil, quinhentos e vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos)

Parágrafo Primeiro: Para os empregados contratados com jornada reduzida de trabalho será observado piso salarial proporcional ao número de horas trabalhadas, ficando garantido, no mínimo, piso salarial correspondente ao salário mínimo vigente.

Parágrafo Segundo: Os empregadores que possuam planos de cargos e salários já implantados e, desde que a menor faixa de salário seja igual ou superior ao piso salarial constante da presente cláusula, deverão aplicar em 01/03/2023 o índice de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) sobre os salários existentes em fevereiro/2023. Os empregadores enquadrados nesta situação deverão, em um prazo de 30 (trinta) dias, dar ciência à Entidade Sindical Profissional do plano de cargos e salários praticado para ratificação por acordo coletivo de trabalho.

Parágrafo Terceiro: Os empregadores que venham a implantar plano de cargos e salários deverão formaliza-lo através de acordo coletivo de trabalho com a Entidade Sindical Profissional.

Parágrafo Quarto: Os empregadores que possuam Acordos Coletivos de Trabalho firmado com a Entidade Sindical Profissional estabelecendo pisos salariais diferenciados daqueles que estão em vigência deverão aplicar o mesmo índice de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) sobre os salários existentes em fevereiro/2023, salários estes estabelecidos nos Acordos Coletivos de Trabalho.

REALISTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REALISTE SALARIAL

Fica estabelecida a aplicação do reajuste salarial de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) a partir de 01/MARÇO/2023 incidente sobre os salários de 28/02/2023, podendo ser compensadas as antecipações espontâneas concedidas no período de 01/03/2022 a 28/02/2023.

Parágrafo Único. Fica facultado às instituições empregadoras a concessão do reajuste integral em parcela única a partir de 01/março/2023, sendo que a complementação de reajuste ocorrida em 01/09/2022 de 3,8% (três vírgula oito por cento) não poderá ser compensada uma vez que a mesma decorreu do fracionamento do reajuste salarial ocorrido a partir de 01/03/2022.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - VALE REFEIÇÃO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2023 a 29/02/2024

Os empregados que tenham jornada superior a 06 (seis) horas e não possam ser atendidos pelo sistema de refeição do empregador, no próprio local de trabalho ou em restaurantes conveniados, terão direito a vale refeição no valor de **R\$ 26,50 (vinte e seis reais e cinquenta centavos)** por dia trabalhado.

Parágrafo Primeiro: Em caso de falta devidamente justificada, não será descontado do empregado o vale refeição do dia.

Parágrafo Segundo: O sistema de refeição do empregador, constante do “caput” da presente cláusula deverá atender aos padrões normais de refeição sendo constituída, no mínimo, de carne ou frango ou peixe.

CLÁUSULA SEXTA - CESTA BÁSICA / VALE ALIMENTAÇÃO VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2023 a 29/02/2024

Independente do fornecimento do vale refeição, os empregadores concederão mensalmente a seus empregados que cumpam carga horária integral de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e que ganhem até 02 (dois) pisos salariais vale alimentação no valor de **R\$ 180,00 (cento e oitenta reais)**, podendo tal benefício ser concedido através do fornecimento de cesta básica mensal com no mínimo 30 (trinta) quilos conforme abaixo especificado:

- 10 Kg. Arroz Agulhinha – Tipo 02 03 Kg. Feijão Cariquinha
- 05 Kg. Açúcar Refinado
- 04 Lt. Óleo de Soja (900 ml) 01 Kg. Sal Refinado
- 02 Pct. Café Torrado e Moido (500grs) 03 Pct. Macarrão (500 grs.)
- 02 Pct. Farinha de Mandioca (500 grs)
- 01 Kg. Farinha de Trigo 01 Pct. Fubá (500 grs.)
- 01 Lt. Extrato de Tomate (140 grs.) 01 Pct. Bolacha Recheada (200 grs.)
- 01 Und. Creme Dental (50 grs.) 01 Pct. Esponja de Aço (08 und) 01 Und. Sabonete (90 grs.)
- 05 Und. Sabão em Pedra
- 01 Und. Recipiente para embalar os 30Kgs de produtos

Parágrafo Primeiro: A ocorrência de 01 (uma) falta injustificada ao trabalho não retira do empregado o direito do recebimento do benefício previsto na presente cláusula.

Parágrafo Segundo: O benefício previsto nesta cláusula deverá ser concedido aos empregados (as) por ocasião das férias, da licença maternidade, do auxílio doença e do acidente de trabalho, sendo que nestes dois últimos casos (auxílio doença e acidente de trabalho) a concessão do benefício será garantida por um prazo máximo de 06 (seis) meses.

Parágrafo Terceiro: A concessão objeto da presente cláusula tem por base orientação jurisprudencial, no sentido de que a cesta básica não tem natureza salarial, cuidando-se, pois, de contribuição social.

Parágrafo Quarto: Ficam respeitadas as condições mais benéficas ao empregado.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO / AUXÍLIO FUNERAL

Os Empregadores deverão conceder **GRATUITAMENTE** seguro de vida em grupo aos seus empregados ativos, seguindo as coberturas mínimas estabelecidas na presente cláusula, **COM EXCEÇÃO** dos empregados afastados pela Previdência Social, por doença ou acidente, que deverão ser incluídos somente após retornarem às atividades laborais:

- I - R\$22.000,00** (vinte e dois mil reais) em caso de Morte do Empregado (a) por qualquer causa, independentemente do local ocorrido. Exceto suicídio, que terão carências nos primeiros 24 (vinte e quatro) meses, contados após a inclusão do funcionário(a) na apólice de seguro;
- II - R\$22.000,00** (vinte e dois mil reais) em caso de Invalidez Permanente (total ou parcial) do empregado (a), causada por acidente, independentemente do local ocorrido, atestado por médico devidamente qualificado, discriminando, detalhadamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
ANEXO I Cesta básica em caso de Morte do Titular.

QUANTIDADE	PRODUTO / MEDIDA
1	ACUCAR CRISTAL CLARO 5KG
2	ARROZ AGULHINHA T1 5KG
1	BISCOITO RECHEADO CHOCOLATE 125GR
2	CAFE TRADICIONAL 250GR
1	EXTRATO DE TOMATE 350GR
1	FARINHA DE MANDIOCA CRUA 1KG
1	FARINHA DE MILHO 500GR
1	FARINHA DE TRIGO 1KG
2	FEIJAO CARIOCA 1KG
1	FUBA 1KG
1	MACARRAO SEMOLA ESPAGUETE 500GR
1	MACARRAO SEMOLA PARAFUSO 500GR
1	MILHO VERDE 200GR
2	OLEO DE SOJA 900ML

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA OITAVA - BEM ESTAR SOCIAL

O PROGRAMA BEM-ESTAR INTEGRAL estabelecido na presente cláusula visa garantir melhores condições à categoria, proporcionando segurança e vantagens aos trabalhadores e empregadores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fica estabelecida a obrigatoriedade do presente seguro de acidentes pessoais e assistências, para cumprimento e pagamento integral pelo empregador, no valor mensal de **R\$ 18,36** (dezoito reais e trinta e seis centavos) por empregado, conforme as seguintes tabelas de coberturas e assistências:

BENEFÍCIOS	VALOR	PARCELAS	DESCRIÇÃO
KIT NATALIDADE	R\$ 450,00	_____	Nascimento de filho(a) da empregada titular.
CESTA BÁSICA	R\$ 500,00	1	Afastamento por doença por período superior a 60 dias.
COMPLEMENTO DE REMUNERAÇÃO POR AFASTAMENTO	R\$ 1.000,00	1	Afastamento por doença por período superior a 90 dias
REEMBOLSO CRECHE	R\$ 600,00	1	Matrícula do(a) filho(a) em creche particular.
CASAMENTO	R\$ 900,00	1	Em caso de casamento do titular.
REEMBOLSO MATERIAL ESCOLAR	Até R\$ 500,00	1	Aquisição de material escolar de filho(s) matriculado(s) em escola particular no ensino fundamental I (do 1º ao 5º ano).
CLUBE DE VANTAGENS	_____	_____	Rede nacional de descontos.

COBERTURAS SECURITÁRIAS PARA OS TRABALHADORES

BENEFÍCIOS	VALOR	DESCRIÇÃO
MORTE ACIDENTAL - MA	R\$15.000,00	Morte do segurado em consequência exclusiva de acidente pessoal coberto, exceto se decorrente de riscos excluídos.
DIÁRIA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR POR ACIDENTE - DIHA	Até 30 diárias de R\$ 200,00 cada	Em caso de hospitalização causada exclusivamente por acidente pessoal coberto, exceto se decorrente de riscos excluídos.
4 SORTEIOS MENSAIS (SÉRIE FECHADA)	R\$ 500,00	Valores líquidos de Imposto de Renda.

ASSISTÊNCIAS PARA AS EMPRESAS

BENEFÍCIOS	VALOR	PARCELAS	DESCRIÇÃO
REEMBOLSO DE RESCISÃO	Até R\$ 2.000,00	1	Pagamento de rescisão de empregado com no mínimo sete anos de vínculo empregatício ininterrupto em regime CLT.
LICENÇA PATERNIDADE	R\$ 450,00	1	Licença do empregado titular.
LICENÇA MATERNIDADE	R\$ 600,00	1	Licença da empregada titular.
AFASTAMENTO POR ACIDENTE DE EMPREGADO	R\$ 1.500,00	1	Afastamento do titular por acidente, superior a 30 dias.

COBERTURA SECURITÁRIA PARA AS EMPRESAS

BENEFÍCIOS	VALOR	DESCRIÇÃO
RESCISÃO TRABALHISTA EM CASO DE MORTE ACIDENTAL	Até R\$ 2.000,00	Reembolso de despesas com pagamento de verbas rescisórias, em consequência exclusiva de morte acidental do segurado, exceto se decorrente de riscos excluídos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

I - As entidades signatárias deste instrumento estabeleceram parceria com a Central dos Benefícios que será responsável por toda gestão e viabilização das apólices de seguro emitidas por intermédio das Empresas Seguradoras que garantirão a toda categoria o PROGRAMA BEM-ESTAR INTEGRAL.

II - Para que haja o pleno cumprimento da presente cláusula, o empregador deve se cadastrar no Portal do Cliente disponível no endereço: www.centraldosbeneficios.com.br/portal, dar o aceite ao TERMO DE ADESAO na contratação e recontração do benefício para assim, ter pleno acesso ao Sistema Integrado de Benefícios - SIB, bem como demais informações do presente seguro.

III - Toda a movimentação inclusive, será realizada pelo portal SIB, bem como, acesso a serviços de emissão de 2ª via de boletos, extrato de vidas ativas, certificado e demais informações do benefício.

IV - O Empregador deverá efetuar o pagamento, através de boleto bancário enviado previamente pela Administradora por e-mail, até o dia 10 do mês subsequente à inclusão do empregado para exercício do benefício.

V - O empregador, por meio Portal do Cliente, deverá informar os seguintes dados dos empregados: **NOME COMPLETO, CPF, DATA DE NASCIMENTO, TELEFONE CELULAR DO EMPREGADO, E-MAIL DO EMPREGADO, NOME DA MÃE, DATA DE ADMISSÃO E OU DEMISSÃO**, até o dia 25 de cada mês contendo os empregados admitidos e ou demitidos. Sendo a vigência iniciada no próprio mês do envio destes dados.

VI - O empregador deverá ler o Termo de Adesão disponível no Portal do Cliente. O aceite das condições do Termo de Adesão é obrigatório no momento da contratação, devido à natureza desta convenção coletiva de trabalho.

VII - Cada segurado deverá receber um Certificado Individual do seguro de acidentes pessoais e assistências (PROGRAMA BEM-ESTAR INTEGRAL) expedido pela Seguradora em até 60 dias do envio da listagem pelo empregador, o mesmo estará disponível no portal do cliente, após este prazo.

PARÁGRAFO TERCEIRO

I - Em caso de sinistro, a documentação relativa à abertura deverá ser encaminhada pelo empregador para o seguinte e-mail: sinistro@centraldosbeneficios.com.br

II - Caso o empregador não proceda à abertura do sinistro no prazo de 01 (um) ano do fato gerador, conforme previsto no artigo 206 do Código Civil, prescreverá seu direito de fazê-lo.

PARÁGRAFO QUARTO

I - Para garantia das coberturas e assistências contratadas nesta cláusula, o empregador deve arcar integralmente com o custo deste programa efetuando o pagamento do valor estabelecido no parágrafo primeiro e atendendo às demais condições da presente cláusula, não podendo o mesmo efetuar quaisquer tipos de descontos dos empregados.

II - O empregador fica isento da obrigatoriedade de inclusão de empregados afastados no

programa. Caso existam trabalhadores, que foram afastados após sua inclusão no referido programa, o empregador continua responsável pelo pagamento das mensalidades.

III - Caso o emprego tenha trabalhado no mínimo um dia, ele ficará ativo no programa até o último dia do mês, sendo assim, o nome dele constará no boleto de vigência referente ao mês coberto, lembrando que, cabe ao empregador informar a demissão de empregado dentro do prazo previsto no Termo de Adesão assinado pelo empregador.

IV - O presente programa aplica-se a todos empregados em qualquer modalidade de contrato de trabalho, sendo elas: contrato de trabalho por tempo indeterminado, por prazo determinado, por período de experiência, temporário entre outras modalidades com previsão na Consolidação das Leis do Trabalho, ou aceitas pela jurisprudência.

V - Após adesão do empregador ao seguro, todos empregados receberão, no e-mail informado pela empresa, login e senha para acesso a plataforma SIB, onde estará disponível seu Certificado Individual expedido pela Empresa Seguradora contratada, juntamente com Manual de Regras e Orientações.

PARÁGRAFO QUINTO

I - A inadimplência de qualquer boleto em atraso igual ou superior a 20 (vinte) dias do vencimento original acarretará a suspensão de todos os segurados.

II - Com a suspensão da utilização por inadimplência, o empregador será responsável pelos custos advindos da necessidade de uso de cada beneficiário e deverá efetuar o ressarcimento, em dobro, dos meses em que o empregado não esteve segurado, a título de indenização. Em função da continuidade da inadimplência, a cobrança será judicial, e ainda, o título poderá ser protestado, por descumprimento desta convenção coletiva de trabalho, o que não isenta o empregador da obrigatoriedade da quitação de pagamento(s) pendente(s).

III - Em caso de prejuízo ao empregado por inadimplência e/ou descumprimento pelo empregador, o empregador configurar-se-á inteiramente como responsável pelo pagamento das garantias estabelecidas

nesta cláusula, quando da ocorrência de tais eventos, bem como, permanece regularmente responsável pelo descumprimento da presente convenção coletiva de trabalho, assumindo todo ônus pelo indevido descumprimento.

IV - Em virtude do descumprimento e manifesta lesão ao direito do empregado, o empregador fica obrigado a indenizar o empregado em 10% (dez por cento) do valor total de todos os eventos cobertos, sem prejuízo da aplicação da cláusula de penalidade prevista nesta convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO SEXTO

I - Os empregadores que oferecem os mesmos benefícios previstos nesta cláusula aos seus empregados por meio de outro prestador contratado, desde que fique comprovado, que tal prestador garanta todas as indenizações, bem como os pagamentos dos benefícios e vantagens previstos no parágrafo primeiro desta cláusula através de uma Seguradora contratada e registrada na SUSEP e, desde que, tais benefícios não sejam inferiores e/ou em menor quantidade dos que lá estão elencados, poderão requerer a suspensão do cumprimento da presente cláusula com a parceria mencionada.

II - Para análise da suspensão do cumprimento da cláusula o empregador deve enviar para o e-mail do Sindicato Profissional: a) cópia do contrato com o prestador de serviço contratado, b) a relação dos empregados que utilizam o benefício, c) o último boleto pago ao prestador com autenticação bancária legível, d) demais documentos que comprovem não existir ônus aos trabalhadores, sendo ainda necessário comprovação anual da permanência dos trabalhadores no benefício contratado. III - Não atendidas as condições descritas nos itens I e II deste Parágrafo, para que haja autorização da suspensão do cumprimento do benefício "PROGRAMA BEM-ESTAR INTEGRAL", o empregador estará, após avisado pelo Sindicato Profissional, sujeito ao cumprimento integral da presente cláusula prevista na convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO SÉTIMO

I - Todo e qualquer tratamento de dados pessoais e sensíveis de trabalhadores e empregadores obtidos em decorrência do presente benefício, por estar previsto em convenção coletiva de trabalho, que é um instrumento coletivo dotado de força legal (artigo 611-A da CLT) e reconhecimento constitucional (artigo 7º, inciso XXVI), terá como base legal "o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador", prevista no artigo 7º, inciso II, da LGPD.

II - Em complemento à precípu base legal supramencionada, considerando a celebração de contratos específicos pela parceria com o fim de dar cumprimento à obrigação legal trabalhista constante na convenção coletiva de trabalho, tem-se, nesta hipótese, mais uma base legal "necessidade de execução de contrato ou procedimentos preliminares relacionados a contrato", prevista no artigo 7º, V da Lei nº 13.709/18 (LGPD).

III - As partes signatárias deste instrumento, bem como os demais parceiros envolvidos se comprometem a tratar referidos dados sob a égide da LGPD, garantindo assim a proteção, a privacidade e os demais direitos fundamentais dos trabalhadores e empregadores, conforme previsto no art. 2º da referida lei.

RELAÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA NONA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: **01/03/2023 a 29/02/2024**

Todas as Instituições Beneficentes, Filantrópicas e Religiosas (Fundações, Institutos, Associações, Entidades Sem Fins Lucrativos, Organizações não Governamentais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Igrejas E Congregações de todos os credos,Irmadades, Centros, Creches, Asilos, Casa lar, abrigos, institutos de longa permanência, beneficentes de assistência social e entre outras Instituições Conçeneres) conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária nos termos da legislação vigente, deverão recolher ao Sindicato das Instituições Beneficentes, Filantrópicas e Religiosas do Estado de São Paulo - SINBFIR, a título de Contribuição Negocial, 6% (seis por cento) sobre o valor bruto da folha de pagamento reajustada do mês de **março/2023**, em 2 (duas) parcelas de 3% (três por cento) com recolhimentos a serem efetuados, respectivamente, em **30 de junho e 31 de julho de 2023**. Para as Entidades que não possuem empregados o valor recolhido será de **R\$ 200,00** (duzentos reais), com vencimento na primeira parcela **30/06/2023**, mediante comprovação através da GFIP enviada ao Sinbfr.

Parágrafo primeiro: As guias para recolhimento da contribuição referida na presente cláusula serão remetidas pelo SINBFIR aos empregadores, podendo, também, serem retiradas na sede do Sindicato em São Paulo, a Av. Ipiranga nº 318 – Bloco B, 5º andar, conj 501, CEP. 01046-010, Fone/Fax (11) 3255.6151. ramal 1

Parágrafo segundo: O não recolhimento da contribuição referida na presente cláusula acarretará, para o empregador, além dos juros de mora, uma multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o montante devido e não recolhido, sem prejuízo de sua atualização monetária.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: **01/03/2023 a 29/02/2024**

A presente cláusula é inserida na Convenção Coletiva de Trabalho em conformidade com as deliberações aprovadas em assembleia geral extraordinária da categoria profissional do Sindicato Intermunicipal dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas no Estado de São Paulo – SINDBENEFICIENTE – SP, realizada no dia 12/12/2022, sendo de sua responsabilidade o conteúdo da mesma.

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Fica estabelecido que a contribuição assistencial do empregado representado/filiado ao Sindicato Profissional será descontada da seguinte forma:

3% (três por cento) calculados sobre os salários nominais de **abril/2023** devidamente reajustados pelos índices estabelecidos na data base de **março/2023**; 3% (três por cento) sobre os salários nominais de **Julho/2023**; 3% (três por cento) sobre os salários nominais de **outubro/2023**; 3% (três por cento) sobre os salários nominais de **Janeiro/2024**.

Os descontos deverão ser efetuados em folha de pagamento e recolhidos a favor do Sindicato profissional, em guias próprias encaminhadas pelo mesmo.

Parágrafo Único: O não recolhimento das contribuições referidas na presente cláusula acarretará, para o empregador, multa de 10% (dez por cento) sobre o montante, juros de 1% (um por cento) ao mês, e atualização monetária na forma da Lei.

DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OPOSIÇÃO DOS EMPREGADOS

A presente cláusula é inserida na Convenção Coletiva de Trabalho em conformidade com as deliberações aprovadas em assembleia geral extraordinária da categoria profissional do Sindicato Intermunicipal dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas no Estado de São Paulo - SINDBENEFICIENTE-SP, realizada no dia 12/12/2022, sendo de sua responsabilidade o conteúdo da mesma.

Fica assegurado ao trabalhador não sindicalizado o direito de apresentar oposição, por escrito e devidamente assinada, entregue em qualquer estabelecimento do Sindicato profissional ou enviada pelo correio, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do primeiro desconto salarial.

CASSIANO RICARDO FAEDO NABUCO DE ABBRU

PRESIDENTE

SINDICATO INSTITUCOES BENEFICIENTES FIL REL EST. SÃO PAULO

ROGERIO JOSE GOMES CARDOSO

PRESIDENTE

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS EM INSTITUCOES BENEFICIENTES, RELIGIOSAS E FILANTROPICAS NO ESTADO DE SAO PAULO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO VIII - MODELOS DE DECLARAÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO DA PARceria (DEVEM SER FEITAS EM FOLHAS SEPARADAS E TIMBRADAS DA INSTITUIÇÃO)

MODELO 1 – DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DE MENORES DE 18 ANOS

A (Razão Social da entidade), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra assinado, **DECLARA** que **NÃO** emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, ressalvando na condição de aprendiz, conforme determina o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Local-UF, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal
(Nome, Cargo do Representante Legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MODELO 2 – DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR PARENTESCO E QUADRO DE DIRIGENTES

A (Razão Social da entidade), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra assinado, **DECLARA**, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a OSC por mim representada cumpre plenamente os requisitos definidos no EDITAL DE CHAMAMENTO para a celebração do Termo do Colaboração que a entidade:

Certifico que os dirigentes da referida OSC, cujo período de atuação é de ____/____/____ a ____/____/____ são:

(INDICAR TODO O QUADRO DA DIRETORIA)

Presidente: _____, CPF _____.

Vice-Presidente: _____, CPF _____.

Local-UF, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal
(Nome, Cargo do Representante Legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MODELO 3 (A, B e C) – DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À CELEBRAÇÃO DA PARceria

A (Razão Social da entidade), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra-assinado, **DECLARA**, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a OSC por mim representada cumpre plenamente os requisitos definidos no EDITAL DE CHAMAMENTO para a celebração do Termo do Colaboração que a entidade:

- não está suspensa de participar de licitação, nem impedida de contratar com a administração;
- não está declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- não está suspensa temporariamente da participação em chamamento público nem impedida de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do Município de Pindamonhangaba;
- não está declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- não possui contas de parcerias anteriores rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos;
- não tem contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- não possui, entre seus dirigentes, pessoas:
 - cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
 - julgadas responsáveis por falta grave e inabilitadas para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
 - consideradas culpadas por ato de improbidade, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;
 - membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública do Município de Pindamonhangaba, nem seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Pindamonhangaba, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal
(Nome, Cargo do Representante Legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MODELO 4 – DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO

A (Razão da entidade), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra assinado, **DECLARA** que o quadro diretivo da organização da sociedade civil **não contratará**, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas, inclusive assume o compromisso de não estabelecer esta vinculação durante a vigência desta parceria, as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

Local-UF, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal
(Nome, Cargo do Representante Legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MODELO 5 – DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 26, **caput**, inciso X, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a (Razão da entidade):

Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

Prende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

(OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração)

Local-UF, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal
(Nome, Cargo do Representante Legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MODELO 6 – DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS

A (Razão da entidade), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra assinado, **DECLARA** ser titular das contas bancárias abaixo, por meio das quais serão feitos os repasses das parcelas referente a parceria firmada através do Termos de Colaboração, separadas por esferas governamentais:

ESFERA MUNICIPAL

Banco:
Agência:
Conta:

ESFERA ESTADUAL

Banco:
Agência:
Conta:

ESFERA FEDERAL

Banco:
Agência:
Conta:

Local-UF, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal
(Nome, Cargo do Representante Legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO IX

DOCUMENTOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARceria

DOCUMENTOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARceria	
I - Plano de Trabalho completo (2024).	
II - Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa Municipal, Estadual e Federal:	
a) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;	